

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GIOVANNA SALLES PIUS

**MULHERES MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS SÉCULOS XX E
XXI**

**MARÍLIA
2022**

GIOVANNA SALLES PIUS

**MULHERES MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS SÉCULOS XX E
XXI**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel.
Orientador: Mariana Moron Saes Braga**

MARÍLIA

2022

P693m	<p>Pius, Giovanna Salles</p> <p>Mulheres migrantes no Estado de São Paulo nos séculos XX e XXI / Giovanna Salles Pius. -- Marília, 2022</p> <p>58 p. : il., tabs., fotos</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientadora: Mariana Moron Saes Braga</p> <p>1. Relações Internacionais. 2. Migrações. 3. Mulheres.</p> <p>I. Título.</p>
-------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GIOVANNA SALLES PIUS

**MULHERES MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO NOS SÉCULOS XX E
XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

**PROF. DRA. MARIANA M. S. BRAGA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
ORIENTADORA**

**FREDERICO DI PALMA XAVIER AGUIAR
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**ANA BEATRIZ BASELICE PELICIONI
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI PADOVA**

Marília, 20 de abril de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar chegar até aqui.

Agradeço a minha família em especial aos meus pais e aos meus tios Regina e Sandro por terem me amparado em toda essa jornada da realização do meu sonho de todas as formas.

Agradeço aos meus dois avôs Franciscos que perdi durante a pandemia, por serem os maiores apoiadores dos meus sonhos e sempre acreditarem em mim.

Agradeço aos meus amigos que me ajudaram durante toda essa fase, a companhia e ajuda de vocês foi essencial.

Agraço a UNESP por me proporcionar experiências únicas de aprendizado e a minha professora orientadora Mariana por abraçar esse tema.

RESUMO

As migrações acontecem desde a antiguidade, contudo as mulheres só foram inseridas nos dados e na literatura a partir da década de 1970, mesmo que migrassem com suas famílias ou sozinhas e correspondessem a uma boa parcela de imigrantes. Atualmente, o número de mulheres migrantes equivale a quase metade das migrações internacionais. O objetivo da presente pesquisa foi o de analisar como a literatura descreve a imigração da mulher no estado de São Paulo no século XX e XXI. Para tanto, realizou-se um levantamento da literatura que aborda a questão das migrações das mulheres na localidade estudada, além do uso de fontes documentais e primárias. Em seguida analisou-se como essa produção acadêmica retrata a situação da mulher estrangeira na sociedade de destino, mais especificamente no estado de São Paulo. Pode-se perceber que a localidade de estudo foi bastante buscada pelas mulheres migrantes estrangeiras, essas ocupam na maioria das vezes um cargo a margem da sociedade, secundarizada pelo papel do homem em diversos setores, o mesmo ocorreu com a literatura até a década de 1970. A mulher sempre esteve presente nos dados e sociedades, é importante ressaltar e contribuir para o estudo sob sua ótica compreendendo quais as particularidades delas, mesmo que pelo fato de não haver muitos estudos sobre, seja necessário ainda rever estudos que não possuem a ótica de gênero para então dar protagonismos aos seus papéis.

Palavras-chave: migrações femininas; São Paulo; migrações internacionais.

ABSTRACT

Migration has taken place since antiquity, however, women were only included in the data and in the literature from the 1970s onwards, even if they migrated with their families or alone and corresponded to a good portion of immigrants. Currently, the number of female migrants is equivalent to almost half of international migrations. The objective of the present research was to analyze how the literature describes the integration of migrant women in the state of São Paulo in the 20th and 21st centuries. Therefore, a bibliographic review was carried out in order to better understand women migration flows on the specific location, in addition to the use of documentar and primary sources. Next, it was analyzed how this academic production portrays the situation of foreign women in the destination society, more specifically in the State of São Paulo. It is possible to affirm that women sought after this precise location and there they usually occupied a marginal position society. Their role was secondary different economics sectors comparison to men and this can be observed within the literat until 1970s. Women have always been present in data and societies, it is important to highlight and contribute to the study from their point of view, understanding their particularities, even though, due to the fact that there are not many studies about them, it is still necessary to review studies that do not have a gender perspective in order to give protagonism to their roles.

Keywords: female migrations, Sao Paulo, international migrations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Colheita de café na Fazenda Paulista no início do século XX	35
Figura 2 - Interior da fábrica de meias Lupo na década de 1930	37
Figura 3 - Registro de Imigrantes da Hospedaria de Imigrantes (1954).....	40
Figura 4 - Frente de Mulheres Migrantes na Marcha dos Imigrantes de 2014.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Imigração espontânea x imigração subsidiada.....	19
Gráfico 2 - Imigração para o estado de São Paulo (1887-1920)	20
Gráfico 3 - Migrações internacionais por sexo (2000-2020).....	23
Gráfico 4 - Porcentagem de mulheres migrantes internacionais por região (1960 e 2005)	28
Gráfico 5 - Distribuição de nascidos vivos em São Paulo das cinco nacionalidades mais frequentes (2012-2017)	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação dos fluxos imigratórios internacionais por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil.....	44
Tabela 2 - Entrada e saída de mulheres do Brasil por país de nacionalidade (2010-2019)	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO E A QUESTÃO DE GÊNERO	13
2.1 PANORAMA DAS MIGRAÇÕES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.....	14
2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO	22
3. MULHERES MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO	32
3.1 SÉCULO XX	32
3.2 SÉCULO XXI	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1. INTRODUÇÃO

As migrações internacionais sempre fizeram parte da história humana, desde as antiguidades até o presente. Durante muitas décadas, a face da migração que considera a mulher migrante não se fez presente nas estatísticas e dados, mesmo que elas migrassem sozinhas ou junto de suas famílias desde muito tempo também. De acordo com os últimos dados do Relatório das Nações Unidas (ONU), de 2020, mesmo com o mundo enfrentando um cenário totalmente atípico de pandemia do COVID-19, 135 milhões de mulheres migraram, esse número corresponde a 48,04% do total de migrantes internacionais de 2020, além disso, esse número equivale a 3,5% de toda a população de mulheres do mundo. Quando comparado com o ano anterior, apresenta um crescimento de 3,4%, uma vez que no ano anterior, migraram 130 milhões de mulheres (OIM, 2022).

Nos últimos anos, entre 2010 e 2019, o Brasil demonstrou receber novos fluxos migratórios, esses contrariam as tendências das migrações Sul-Norte, predominantes no passado, e caracterizadas por serem compostas predominantemente pelo sexo masculino (TONHATI, MACÊDO, 2020). Tal fato fez com que as experiências migratórias femininas ficassem invisibilizadas, já que numericamente expressavam praticamente um terço das entradas no país, conseqüentemente também estavam menos presentes nas inúmeras esferas dos países de destino, inclusive no mercado de trabalho formal, que tem o respaldo da legislação para amparar àquela mulher (TONHATI, MACÊDO, 2020).

A perspectiva da história das migrações sempre manteve a figura masculina como principal, colocando a mulher como secundária, a partir da segunda metade da década de 1970 e na década de 1980 surgiram teorias feministas que abraçaram e estudaram o assunto da migração sob a ótica feminina, e abriram o caminho para surgirem outros estudos acerca do tema.

O objetivo da presente pesquisa foi o de analisar como a literatura descreve a integração da mulher migrante no estado de São Paulo no século XX e XXI. Para tanto, realizou-se um levantamento da literatura que aborda a questão das migrações femininas na localidade estudada além do uso de fontes documentais e primárias. Contudo, essa literatura não é muito vasta, conseqüentemente, foi necessário buscar

nos estudos sobre migração que não possuíam a ótica de gênero, algumas experiências de mulheres que pudessem contribuir com a pesquisa. Então realizada uma análise abordando a história das migrações internacionais para o estado de São Paulo sobre a perspectiva de gênero, tendo como foco a experiência das mulheres migrantes nesse período.

Dessa forma, é necessário compreender o contexto das migrações para o Estado de São Paulo e também como a questão de gênero foi introduzida nos estudos das migrações, presentes do primeiro capítulo. Posteriormente, foi analisado a migração da mulher no estado de São Paulo durante os séculos XX e século XXI. Apesar de não haver literaturas em grandes quantidades acerca do tema na localidade escolhida, as vivências e particularidades das mulheres, seja por meio de fotografias, cartas, auxiliam o desenvolvimento da pesquisa.

2. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO E A QUESTÃO DE GÊNERO

As migrações internacionais fazem parte do movimento humano dentro das sociedades desde sempre, ganhou mais visibilidade e entrou inclusive como prioridade na agenda internacional de Direitos Humanos e Relações Internacionais. Estão motivadas pela busca de melhores condições e maior estabilidade, ultrapassando fronteiras econômicas e sociais (SHIRATA, 2018).

Seu período de intensificação na história recente se dá nos pós II Guerra Mundial, período em que houve grande circulação de pessoas, seja por consequência dos conflitos entre as nações ou por fenômenos naturais. Além disso, as Nações Unidas (ONU) revelaram em seu Relatório Mundial sobre Migração 2022, que, o ano de 2020 mesmo com o cenário de pandemia do COVID-19, que trouxe como uma das consequências o fechamento das fronteiras, impossibilitando ainda mais o fluxo migratório. Nesse respectivo ano mais de 281 milhões de migrantes internacionais, o que equivale a 3,6% da população mundial (UN, 2022).

Apesar de ser um assunto discutido principalmente no contexto da globalização e fazer parte do vocabulário do senso comum, é difícil encontrar um consenso para a sua definição. Compreende-se que a migração internacional é um deslocamento dos seres humanos entre as fronteiras dos países e no tempo, podendo percorrer pequenas ou grandes distâncias por curtos ou longos períodos, consequentemente mudando de residência, seja de forma permanente ou semipermanente (LEE, 1996).

Segundo Neide Patarra (2006), é necessário considerar dentro das migrações os fatores estruturais tanto da sociedade de origem como da sociedade de destino, além de fatores individuais e suas motivações pessoais. Esses fatores estruturais relacionam dois fenômenos: o da imigração com o da globalização. Ou seja, as migrações estão paralelamente ligadas às transformações que ocorrem dentro da sociedade, de forma que está sempre sujeita à resignificação. Para a autora, é valioso entender os direitos no cenário internacional, a partir da criação de instrumentos normativos:

É imprescindível que se considerem, hoje, o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mas é também necessário que se discutam quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico produtiva em escala global (PATARRA, 2006, p. 7).

Não menos importante que essa consideração, entretanto, é imprescindível ressaltar a necessidade de analisar o fenômeno das migrações pela ótica de gênero. Uma vez que essa rompe com viés masculino, dessa forma analisar os fatores estruturais e individuais. Todavia, a análise sobre a ótica de gênero não corresponde a simplesmente somar outro “x” a equação, mas sim, abordar e analisar sob outra perspectiva. Ou seja, a experiência da mulher na migração é única, e se diferencia tanto pelos fatores estruturais quanto pelos fatores individuais.

Dessa forma, o capítulo presente se desenvolverá no contexto de como São Paulo se comportou como receptor de imigrantes e posteriormente haverá a discussão sobre questão do gênero no fenômeno migratório internacional.

2.1 PANORAMA DAS MIGRAÇÕES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

O estado de São Paulo corresponde a um dos Estados que se configurou como berço para o maior número de pessoas no que tange ao fluxo migratório no Brasil. Isso se deve principalmente pela expansão da atividade cafeeira durante mais de um século, com início nos anos 1800 perdurando até a década de 1930. Porém ganhou mais força a partir da década de 1880. Como o ano de 1910, uma vez que o número percentual de população migrante que escolhia o estado de São Paulo como destino correspondente a 63% (CLEVELARIO, JR, 1997). A população estrangeira presente no estado de São Paulo representava quase metade de todos os estrangeiros no Brasil, sua porcentagem era de 44,5% em 1900, sendo então um movimento que continuou crescente ao longo dos anos (CLEVELARIO, JR, 1997).

Segundo Leny (1991), São Paulo foi um dos lugares de destino mais atrativos para os imigrantes internacionais, especialmente no período de atividade cafeeira. A expansão dessa atividade foi um propulsor para a imigração na região durante o século XX e início do século XXI, principalmente por italianos que foram um dos mais numerosos e mais antigos quanto à presença no território brasileiro (Leny, 1991). Até o ano de 1903, os italianos correspondiam a 70% do número total de migrantes sendo até então a maioria. Após a Primeira Guerra Mundial os portugueses começaram a ganhar expressividade nas estatísticas, ultrapassando então a nacionalidade dos italianos até a década de 1930.

Ainda nesse sentido, Leny (1991) explora o curso das outras nacionalidades expressadas em números para o estado de São Paulo. A imigração japonesa no Brasil durante o período de 1910 a 1944, encaminhou 95% desses migrantes para o estado de São Paulo. Já no caso dos espanhóis, entre 1900 e 1929, o número de migrantes encaminhados para São Paulo correspondeu a 75%, ao contrário dos portugueses que tinham como principal destino o Rio de Janeiro, permanecendo 40% dos migrantes portugueses em São Paulo. Além dos italianos, cuja nacionalidade foi a que mais dirigiu-se para o estado paulistano totalizando aproximadamente 80% de sua população migrante após os anos de 1930, contudo entre o período de 1885 até 1930 esse número não ficou muito abaixo, correspondendo a cerca de 60%.

Para entender mais esse movimento, é necessário compreender o povoamento no estado de São Paulo mesmo que de maneira breve. Seu início é datado no século XIX, e teve ênfase na República Velha, período cujo qual o imigrante de várias nacionalidades está inserido na localidade.

O café foi o principal fator para sustentar e motivar o movimento da imigração para o Brasil. Pode-se dizer ainda que o café era o principal eixo da economia paulista durante esse período. Rocha (2007), afirma que o fim da mão-de-obra escrava e da monarquia, não promoveu mudanças liberais como o que aconteceu na Europa, mas, promoveu um movimento militar para atender as demandas das oligarquias regionais. Contudo, os preços do café eram ditados pelo mercado internacional, principalmente pelo mercado europeu, o que também contribuiu para a existência da dependência do câmbio, nesse contexto houve subsídios públicos para trazer mão-de-obra estrangeira como alternativa para resistir às crises.

A imigração contou com diferentes objetivos no decorrer do tempo, para Rocha (2007) esses objetivos foram: “o povoamento dos chamados ‘vazios demográficos’, a

substituição da mão-de-obra escrava, a criação de núcleos voltados à agricultura de abastecimento e o fornecimento de trabalhadores para as obras públicas” (ROCHA, 2007, p. 29).

Em primeiro lugar, a necessidade de preencher os vazios demográficos surgiu a partir de 1808, com a abertura oficial dos portos brasileiros que conseqüentemente fez com que aumentasse o número da entrada de estrangeiros no país. Principalmente após a Independência, esse marco levou a uma mudança no objetivo de povoamento. Antes, seu objetivo era o de defender as fronteiras do Império, e após a Independência, foi estimulada a entrada de novos grupos populacionais. Em 1808, D. João VI concedeu permissão de sesmarias a estrangeiros que serviu de base para a formação de colônias, como é o caso das colônias alemãs de Santo Amaro e Itapeperica, em São Paulo, que foram fundadas em 1829 (ROCHA, 2007).

Contudo, São Paulo em 1840, introduziu as medidas da política imigratória provincial que proporcionou a inserção de famílias portuguesas, suíças e alemãs na fazenda Ibicaba, cujo proprietário foi o senador Vergueiro, fazendeiro de café e político luso-brasileiro, pioneiro na implementação da mão de obra livre (TRENTO, 1989). Nessa época, havia o chamado sistema de parceria, que consistia em um adiantamento dos valores correspondentes às despesas da viagem, como passagem, alimentação e equipamentos agrícolas durante o primeiro ano de instalação (TRENTO, 1989).

Já em 1850, houve uma mudança na política migratória, que recebeu a influência da Lei de Terras¹, que trouxe como consequência um crescimento da imigração e afetou de diferentes formas as diferentes regiões. Para as zonas produtoras de café, Lopes e Gutiérrez (2007) afirma que os imigrantes foram afetados da seguinte maneira:

De fato, não havia terras devolvidas, ou havia muito pouco em termos de expansão do café, mas também as respostas padronizadas (de autoridades que também eram proprietários de fazendas) podiam dever-se ao facto de os proprietários de fazendas quererem imigrantes para as suas fazendas e não para colônias de pequenas propriedades que a existência de terras devolvidas permitiria ao governo criar (LOPES; GUTIÉRREZ, 2007 apud. ROCHA, 2007, p. 31, tradução nossa).

¹Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Lei que o imperador dom Pedro II assinou em que optava pelo país ter oficialmente uma zona rural que seria dividida em latifúndios, e não mais em pequenas propriedades.

Posteriormente, no fim da década de 1870, em São Paulo, o sistema de parceria passou por algumas modificações, como o reembolso do valor correspondente ao transporte e o tipo de contrato quinquenal. Rocha (2007), afirma que “a província de São Paulo auxiliou os proprietários com o pagamento da metade da passagem permanecendo o contrato de cinco anos e o ressarcimento” (ROCHA, Ilana, 2007, p. 31). Dessa forma houve um auxílio com o valor do transporte, posteriormente, os imigrantes que se propusessem a se instalar em fazendas ou núcleos coloniais poderiam ter transporte gratuito (ROCHA, Ilana, 2007).

Durante a década de 1880, inaugurou-se hospedarias de imigrantes em São Paulo, as mais conhecidas eram a do Bom Retiro, que foi inaugurada em 1882, cuja capacidade comportava quinhentas pessoas. Esse número não era suficiente para a quantidade de migrantes que precisam de hospedagem. Posteriormente, em 1887, inaugurou-se a Hospedaria do Brás e no ano subsequente foi inaugurada a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Ambas foram instaladas em edifícios já existentes e permaneceram sob a responsabilidade da Sociedade Promotora de Imigração nos seus dez primeiros anos (UDAETA, 2004).

As hospedarias de imigrantes, em sua formulação ao final do século XIX e até quase meados do século XX no Brasil, destinavam-se à recepção inicial e hospedagem de estrangeiros, aqui chegados como imigrantes, dando-lhes assistência até seu encaminhamento como mão-de-obra para a lavoura ou para a colonização. Foram construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios patrocinados inicialmente pelo império [sic] e conduzidos em seguida pela República, vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a essa correlação não apenas como alojamentos de indivíduos em trânsito mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infraestruturas de assistência médica e social, consignando-lhes um caráter parahospitalar em sua ação cotidiana (SEGAWA, 1989, p. 24 apud UDAETA, 2013, p. 71)

Ainda nesse sentido, é importante ressaltar que no estado de São Paulo houveram muitas outras hospedarias como a Maçan D’Oro, Santana, Pari, da Rua da Luz, entre outras. Algumas hospedarias ficavam sob responsabilidade de fazendeiros. Assim, os imigrantes que tinham como destino terras paulistas e contavam com a moradia dessas hospedarias paulistas, possuíam o pagamento referente a hospedaria feito pelos fazendeiros ou pelo Governo, ou seja, não pagavam nada nem pela estadia e nem pela alimentação (UDAETA, 2013).

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo foi inaugurada em 1888 e manteve

seus serviços abertos aos imigrantes até 1978, foi muito necessária e teve destaque no contexto de habitação para os imigrantes no auxílio do encaminhamento dos imigrantes aos respectivos locais de trabalho. A respeito da quantidade de imigrantes que foram hospedados ali, “por suas dependências passaram aproximadamente 3,5 milhões de pessoas sendo, 1,9 milhão de estrangeiros e 1,6 milhão de trabalhadores nacionais[...]” (PAIVA, 2009, p. 83).

Então, segundo Udaeta (2013), quando os imigrantes não vinham por fazendeiros nem por empresas, os imigrantes chegavam a São Paulo de forma encaminhada através dos Agentes de Colonização que ficavam em Santos, um dos locais de desembarque. Primeiramente, se hospedavam na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, onde eram abrigados, possuíam alimentação e caso necessário contavam também com atendimento médico. Logo após sua entrada na hospedaria, eram encaminhados para alguma propriedade produtora de café, geralmente localizadas no interior no estado em que poderiam se hospedar em outra hospedaria, todos esses serviços eram administrados pela Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração e custeados pelo Governo Provincial.

É importante compreender que o Estado de São Paulo foi um dos principais elementos que subsidiaram a imigração dessa localidade, em números, os subsídios paulistas foram superiores até aos subsídios por parte do governo federal, ressaltando que esse último também teve participação nos subsídios das imigrações, porém em menor escala.

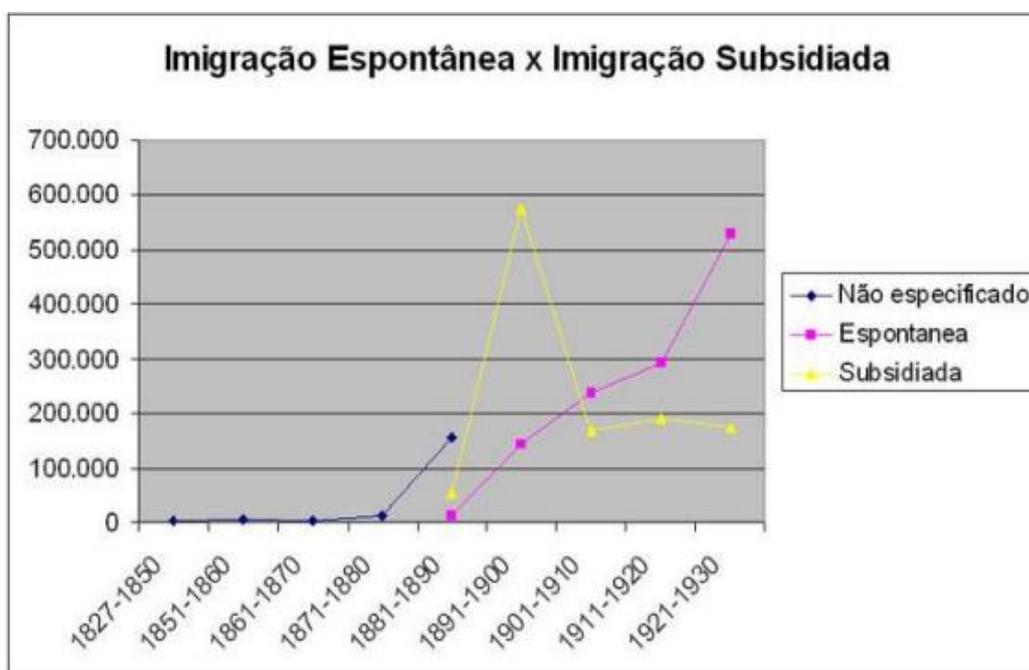
É instrutivo notar que o comportamento da imigração (com o auxílio do efeito de desvio, favorecendo a Argentina em 1889 e, o Brasil em 1890) seguiu o padrão dos subsídios paulistas ao invés das do governo federal. Com respeito a isso, é importante lembrar que os subsídios paulistas foram dirigidos quase exclusivamente para atrair novos imigrantes italianos para o trabalho de colono nas plantações de café do Estado. Os do governo federal se destinaram tanto a subvenções para a viagem como a assistência mais dispendiosa aos esquemas já estabelecidos de colonização fora do setor cafeeiro nas terras do governo federal nos Estados do Sul. Portanto, não é surpreendente que o padrão da imigração da época seguiu mais de perto a mudança das subvenções paulistas e não a do governo federal. Esse padrão foi quebrado somente quando houve uma forte mudança descontínua no financiamento federal em 1891 e 1892 (GRAHAM, 1973, p.37).

Por outro lado, para Graham (1973) a imigração espontânea que ocorreu sem subsídio e a organizada por empresas e empresários também tiveram expressões relevantes no estado de São Paulo. Depois de 1904, durante a segunda onda de

imigração, o número desses imigrantes que vinham com os subsídios para São Paulo era correspondente a margem entre 35% a 40%, ou seja, a maioria dos estrangeiros nessa época passou a migrar de forma espontânea ou por empresas importadoras e associações de imigração ocupando principalmente áreas urbanas (GRAHAM, 1973, p. 39).

O Gráfico 1, sustenta a ideia de Graham (1973), em que é possível observar que no período entre 1887 e 1901 houve uma forte migração subsidiada para o estado de São Paulo, consequência da contribuição do governo nos subsídios para esses fluxos migratórios. Entretanto, a partir de 1902, observa-se uma queda brusca seguida de certa estabilidade no que tange aos números relacionados aos migrantes que contavam com os subsídios, paralelo a isso, as migrações espontâneas passaram a dominar o cenário embora houvesse um número inferior ao alcançado pelas migrações subsidiadas.

Gráfico 1 - Imigração espontânea x imigração subsidiada



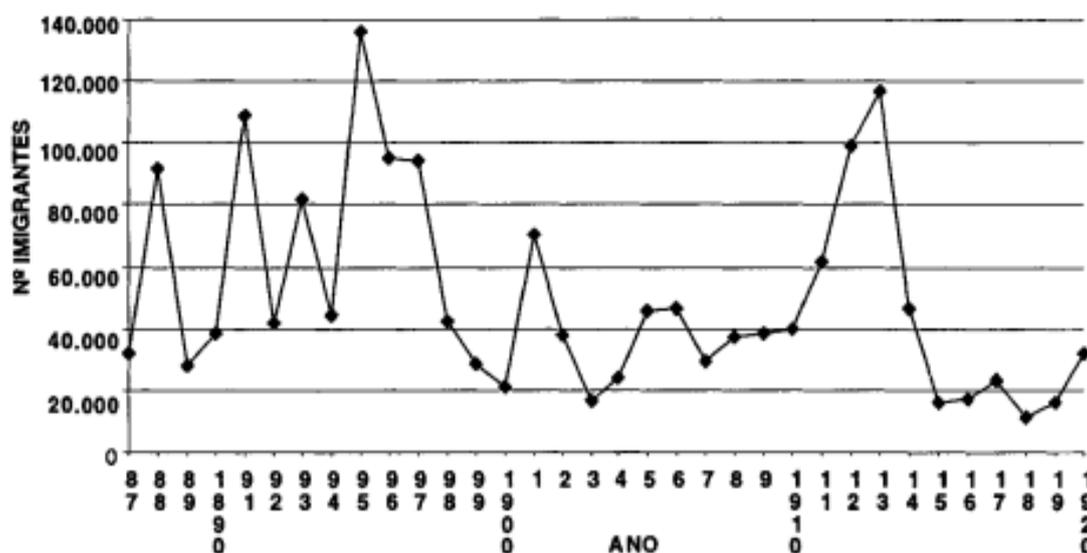
Fonte: Arquivo público do estado de São Paulo

Apesar dos primeiros fluxos migratórios internacionais serem datados anteriormente à Independência do país, é apenas no final da monarquia que é possível observar uma entrada numerosa de migrantes para o Brasil, período que coincide com o de maior número de migrantes de forma subsidiada no estado de São

Paulo, que corresponde a segunda metade da década de 1880 (Gráfico 1).

Contudo, os números de migrantes cujo destino era o estado de São Paulo não seguiram a mesma lógica das imigrações subsidiadas e espontâneas. Ao longo do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, percebe-se o quanto oscilou a taxa entre os números, isso se deve ao fato visto anteriormente diretamente ligado com a economia cafeeira durante a Primeira República. Entre os anos de 1895 até os primeiros dez anos da década de 1900, foi um período de crise no modelo da economia cafeeira. A baixa do café fez com que houvesse uma sensível diminuição de ritmo de produção, conseqüentemente demonstrou a baixa e até a falta de procura dos fazendeiros por trabalhos de mão de obra migrantes. Após 1906, com a recuperação dos preços do café, devido ao Convênio de Taubaté, a curva de imigração começa a subir novamente. Esse crescimento atingiu seu pico em 1913, tornando-se então o ano recorde com 139.998 entradas, que despencou nos anos que o sucederam devido ao avanço da Primeira Guerra Mundial em 1914 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Imigração para o estado de São Paulo (1887-1920)



1

Fonte: Holloway, 1984.

O Convênio de Taubaté foi uma tentativa bem sucedida para a recuperação dos preços internacionais do café, realizado pelos governadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No ano de 1906 ficou acordado que os estados seriam responsáveis por garantir a renda dos cafeicultores através da compra do café por um preço mínimo, dessa forma o Estado era responsável por determinar o fluxo

de café para o exterior com o objetivo de poder controlar os preços internacionais (RIBEIRO, 2011).

Após a Primeira Guerra Mundial, a quantidade de chegadas de imigrantes passou a sofrer um aumento juntamente com os preços da safra de café, principalmente na década de 1920. Sua taxa de crescimento é verificada até 1929 com a Grande Depressão, em que os europeus deixaram seus países para “fazer América” (SILVA, 2013). Já na década de 1930, o fluxo migratório foi reduzido como consequência da política de restrição imposta pelo Governo de Getúlio Vargas, que nada mais era do que uma limitação à imigração, pois acreditava que essa seria responsável pelo desemprego (SILVA, 2013).

Os imigrantes que não se adaptaram ao trabalho no campo também foram para as áreas urbanas, essas ganharam destaque e atingiram níveis de urbanização até então não vistos antes. Muitos imigrantes demonstravam possuir uma preferência pela cidade, justificado pelo pensamento de que o mercado de trabalho urbano se constituía de forma diretamente ligada à expansão de atividades urbanas, principalmente a indústria. Diante disso, a partir de 1870 o número de instalações de fábricas na capital paulista foi expressivo, demonstrando uma concentração em alguns bairros operários como o Brás, Mooca e Belenzinho (DE ANDRADE, 1994, p.99).

A urbanização em São Paulo também aconteceu graças ao capital cafeeiro e sua diversificação, que possibilitou o crescimento de indústrias, ferrovias e diversificação agrícola. Contudo é importante notar que as culturas do algodão e do açúcar deixaram um pequeno legado em relação à estrutura urbana. Assim, a imigração às cidades ganha destaque (SILVA, 2013).

A imigração em massa sobrepassou as necessidades do complexo exportador cafeeiro, que dizer, permitiu a reprodução do capital cafeeiro no núcleo produtivo e no segmento urbano e, ainda 'depositou' nas cidades um 'excedente' de força de trabalho, de modo que o capital cafeeiro cria, ele próprio, as condições de reprodução do capital dinheiro excedente (MELLO, 1989, p. 145 apud SILVA, 2013, p. 08)

Nesse sentido, Salles (2004) complementa que esse processo permitiu nas décadas de 1950 e 1960, a cidade apresentasse um surto de crescimento não previsto, demonstrando um contínuo crescimento de 8,4 milhões de habitantes em 1980 e posteriormente deu um salto de mais de um milhão em cerca de uma década,

totalizando 9,5 milhões em 1991 (SALLES, 2004).

Na próxima seção, será abordado a questão de gênero nas migrações, como foi introduzida a questão de gênero nas migrações na academia e a integração das mesmas na sociedade de destino.

2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Como visto, a questão da migração é algo que permeia o ser humano desde sua antiguidade. De acordo com os últimos dados da ONU, em 2020 mesmo o mundo inteiro estando em um cenário de pandemia do COVID-19, 135 milhões de mulheres migraram, elas representam 48,04% do tal de migrantes internacionais, além desse número corresponder a 3,5% de toda a população de mulheres do mundo. Esses dados de 2020, apresentaram um crescimento de 3,4% nos números a respeito das mulheres migrantes quando comparado com o ano anterior, 2019, que correspondia a 130 milhões (OIM, 2022).

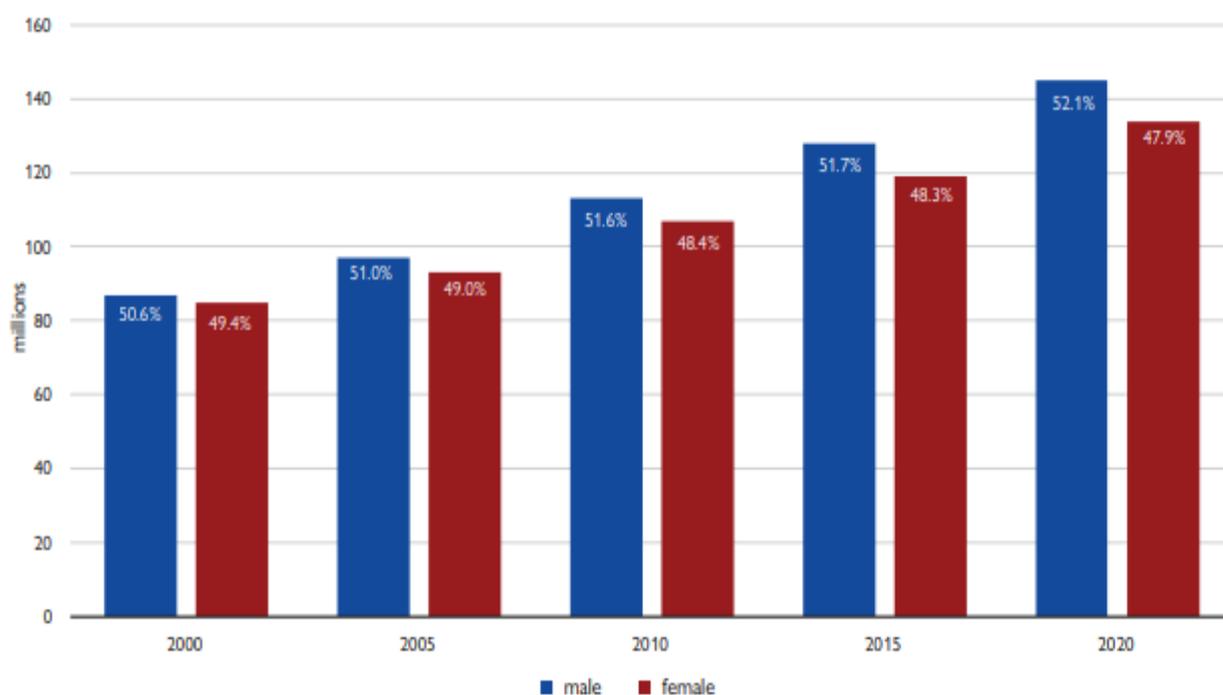
Segundo o Relatório da ONU, em 2019, as mulheres representam 48% do total de imigrantes internacionais. Em áreas como a Europa e a América do Norte as mulheres perfazem mais da metade dos migrantes, ficando logo em seguida a África Subsaariana com 47%. Contudo, a migração das mulheres não é universal e nem homogênea, considerando por exemplo a Ásia, em que as mulheres passaram de 13% em 2000, para 36% em 2019 (OIM, 2019).

O próprio Relatório da Migração Mundial da Organização Internacional para as Migrações (IOM) de 2022 traz um gráfico a fim de explorar a quantidade de migrantes homens e mulheres no mundo ao longo do período delimitado entre 2000 e 2020. Percebe-se que em 2000, o número correspondente as migrações masculinas são de 50,6% enquanto o das mulheres é de 49,4%, já no último ano abordado pelo gráfico, observa-se 146 milhões de migrantes do sexo masculino comparados com os 135 milhões de migrantes do sexo feminino. Visto isso, apesar do gráfico demonstrar uma maior diferença entre os números quando comparado as migrações entre homens e mulheres ao longo do tempo dentro do período abordado, é possível observar que essas diferenças ainda assim são muito pequenas, no ano de 2000 a diferença era de 1,2% enquanto a maior diferença é de 4,2% em 2020 (Gráfico 3).

Dessa forma, a comparação entre os números de homens e mulheres migrantes no gráfico proposto pela OIM, demonstra a diferença entre ambos os sexos.

Mesmo que haja uma certa essa diferença entre os dois, percebe-se claramente a presença da mulher nas migrações e em grande escala, uma vez que se apresenta nesses 20 anos analisados porcentagens muito próximas dos 50%, ou seja, a mulher migrante possui muita relevância nas estatísticas do contexto de migração. Em nível regional, as mulheres migrantes superaram numericamente os homens migrantes na Europa, América Latina, América do Norte e Oceania, enquanto na África e na Ásia eram geralmente sub-representadas quando comparadas aos homens (UNFPA/IOM, 2006).

Gráfico 3 - Migrações internacionais por sexo (2000-2020)



Fonte: OIM

Contudo, as mulheres nem sempre foram inseridas nessas estatísticas do fenômeno migratório como atores principais, mas sim com um papel coadjuvante de seus companheiros e família, ou seja, a figura da mulher era vinculada como mãe ou esposa. A melhor maneira de compreender o processo, é considerar as mudanças no papel da mulher nas sociedades durante o tempo, principalmente sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo o aumento do número de mulheres migrantes, nesse sentido passou-se a questionar a expressividade das estatísticas compostas

por mulheres, desenrolando então na literatura a expressão de “feminização das migrações” que será aqui abordada.

Dessa maneira, Roberto Marinucci² (2007), utiliza a expressão “feminização das migrações”, essa expressão passou a ser utilizada para caracterizar as mudanças no contexto migratório nas últimas décadas que envolveram as mulheres. Para ele, essa expressão é identificada por três fenômenos complementares, sendo eles: o aumento quantitativo das mulheres migrantes expressado por um grande contingente feminino; a mudança de perfil qualitativo relacionado com a influência do feminismo acadêmico, uma vez que o mesmo coloca a experiência da mulher no centro da produção do conhecimento; e a visibilidade que a mulher conquistou no âmbito migratório (MARINUCCI, 2007). Assumindo um papel de protagonista, tanto na busca pela atividade que almeja, no mercado de trabalho como nas questões socioeconômicas.

Além disso, é necessário entender quais são os principais motivos, na perspectiva das mulheres, para tomar a decisão de migrar, dessa forma Lisboa (2007) afirma que dentre os motivadores estão:

1) a questão sócio-econômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no país de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no país e motivam a emigração (LISBOA, 2007, p. 810).

Para compreender o processo acadêmico até ocorrer de fato a introdução do viés da mulher dentro dos estudos das migrações, as autoras Neves et al. (2016) explicam de forma cronológica que até a década de 1970, o estudo das migrações não era realizado pela ótica de gênero, conseqüentemente as particularidades das migrações das mulheres precisavam ser encontradas dentro de estudos padrões, seja

² É pesquisador do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e diretor da Revista REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Graduado em Teologia pela Pontifícia Università Lateranense (1991) e mestre em Missiologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo (1995). Possui experiência na área de Teologia, atuando mais fortemente nos seguintes temas: migrações internacionais, pastoral migratória, migração e religião, missiologia, ecumenismo e diálogo interreligioso.

por meio de cartas, fotografias, relatos. Embora os estudos de mulheres foquem nas vivências dessas dentro da migração, o homem ainda fica como referência mesmo que não explicitamente, pois era o conhecido, a referência a que comparar ou diferir. Além disso, também havia o problema com o termo gênero, uma vez que as pesquisas que se intitulavam como de gênero não eram de fato, já se limitavam a incorporar o conceito de gênero como uma variável, esquecendo de sua significação política.

Em conformidade a isso, foi somente a partir da década de 1970 que as questões de gênero conquistaram um espaço na pauta das migrações, através do estabelecimento dos Estudos sobre as Mulheres, assim academicamente foi desenvolvida a teoria que abraçava as mulheres como protagonistas nas migrações, buscando entender quais eram suas motivações e como migravam.

Quase um século antes, em 1885, foi publicada as primeiras leis de migração do geógrafo Ernst Georg Ravenstein³, que se baseia no contexto inglês dos fluxos migratórios e cita as mulheres. Sua premissa principal foram as causas que levavam as pessoas a migrarem, nesse contexto ele criou sete leis:

1. a maior parte dos migrantes move curtas distâncias e em direção aos centros comerciais e industriais;
2. há um movimento natural das migrações, que se repete em todo o país, sempre das regiões mais remotas para as mais industrializadas;
3. o processo de dispersão é inverso ao de absorção;
4. cada corrente migratória gera uma contracorrente compensatória;
5. migrantes que percorrem longas distâncias buscam centros de comércio e indústria;
6. pessoas das regiões urbanas migram menos do que as das áreas rurais;
7. mulheres migram mais do que os homens (RAVENSTEIN, 1885, p.198-199, tradução nossa).

Nota-se que a última lei desenvolvida por Ravenstein, faz menção às mulheres em “mulheres migram mais do que os homens”, no sentido de que as mulheres são melhores migrantes quando saem do meio rural em direção aos centros urbanos, contudo isso se dá devido ao fato de que até o momento, os primeiros estudos possuíam abordagens econômicas focando no perfil do migrante homem. Sustentada por Lussi (2015, p. 77 apud SIMÕES, MALLMANN, 2021), “[...] tais migrações seriam

³ Geógrafo e cartógrafo alemão-inglês, passou a maior parte de sua vida na Inglaterra, onde trabalhou no Departamento Topográfico do Escritório de Guerra Britânico e foi membro dos conselhos das Sociedades Reais de Estatística e Geográfica Reais. Ele estimou a população mundial no século XIX para o ano de 2072 e também é autor da teoria da migração.

aquelas compostas de sujeitos economicamente ativos, daí a conjugação automática que por décadas levou o imaginário coletivo a considerar o perfil de migrante como homem, jovem e só” quando na realidade dentre os números estavam presentes as mulheres em quantidades significativas.

Hess e Ferree (1987) apontam três marcos da pesquisa feminista relacionada com o assunto das migrações. O primeiro marco está situado entre os anos 1970 e 1980, tem como característica principal a tentativa de minimizar a exclusão das mulheres no campo científico, motivados a pesquisar além da esfera da mulher vista como parte integrante da família. Os estudos que sucederam esse marco procuraram explorar tanto o papel das mulheres nas migrações quanto seu vínculo aos trabalhos domésticos. Já o segundo marco da pesquisa feminista diz respeito ao desenvolvimento de estudos sobre a relação de gênero e migrações, assimilando aos conceitos de raça, classe e gênero. As pesquisas que foram desenvolvidas nessa época, tomaram como base os padrões de gênero e como a migração transforma os sistemas. O terceiro e último marco, tem como característica o gênero como formador das migrações. A partir dessa fase, o termo gênero, sobretudo a mulher, passou a ser encarada como fundamental tanto na academia quanto na ordem social.

Durante o primeiro marco, Sassen (2010) analisa as cidades globais a partir da década de 1980. Para a autora, a maior parte da força de trabalho dessas cidades se dá por migrantes e/ou mulheres com uma situação de vulnerabilidade social, submetendo-se a trabalhos precários, que normalmente são para suprir a mão de obra com baixa remuneração. No entanto, quando a mulher migrante está sob respaldo das leis trabalhistas, esse trabalho mesmo que em situação não agradável acaba auxiliando na autonomia e na independência dessas mulheres, possibilitando a elas ter voz nas tomadas de decisão (SASSEN, 2010, p. 100-102).

As mulheres migrantes, são vistas de forma subestimada tanto na esfera do desenvolvimento econômico quanto na do bem-estar geral, uma vez que são consideradas como dependentes e economicamente inativas devido ao fato de estarem em uma sociedade (SASSEN, 2010). Assim, é necessário que a sociedade entenda o valor da contribuição que a mulher migrante traz para aquele local, para isso, a visibilidade da mulher migrante configura-se como um fator essencial. Contudo, para alcançar isso, é necessário implementar políticas e ações na sociedade que reiterem a sua independência e fortaleça o empoderamento, tomando

posse de que a mulher é a própria autora, e não apenas uma beneficiária passiva. Sobre o empoderamento feminino:

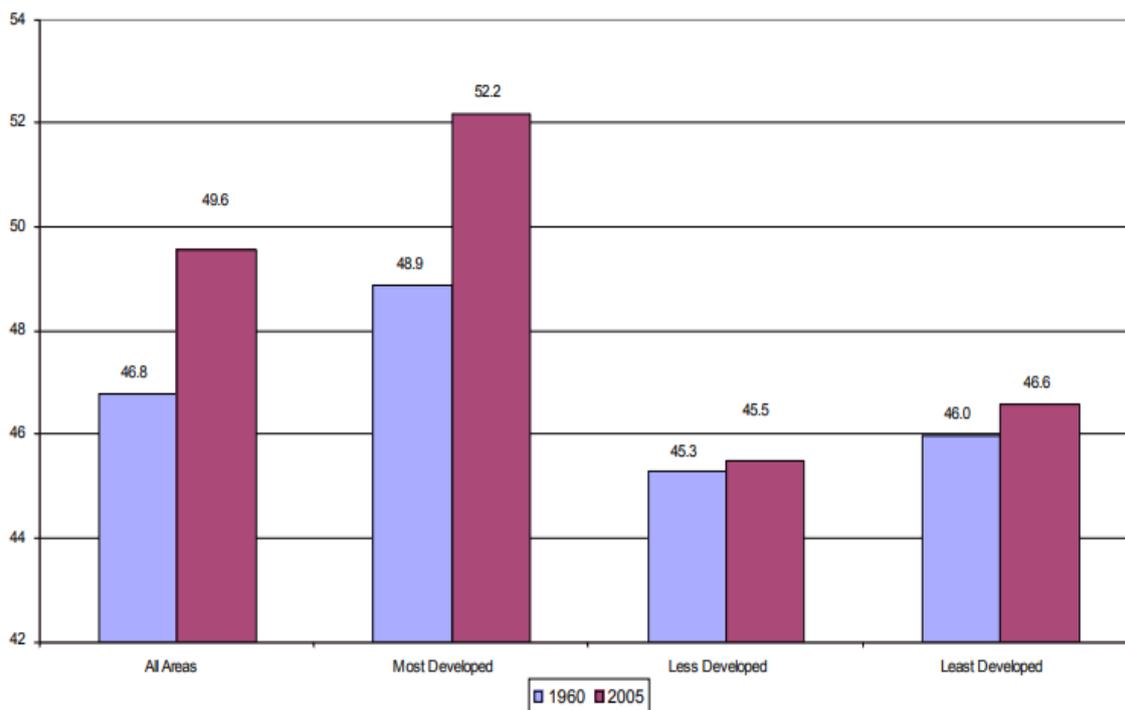
[...] visa aumentar as suas capacidades e a sua independência. A criação de organizações para e por mulheres migrantes é uma boa prática que apresenta diversas vantagens. O encontro com outros migrantes pode romper o isolamento social e oferecer a possibilidade de analisar coletivamente sua situação, definir suas necessidades e encontrar soluções adequadas. A constatação de que certas violações de seus direitos não se baseiam em “inadequação pessoal”, mas sim em mecanismos de exclusão social e discriminação, pode aumentar sua autoestima e sua capacidade de formular propostas e soluções viáveis (DAEREN, 2000, p. 12 apud UNFPA/IOM, 2006 tradução nossa).

Como Hess e Ferree (1987) argumentam, ocorre uma segregação das funções desempenhadas pelas mulheres migrantes, ou seja, a mulher passa a comercializar e usufruir do trabalho de outra mulher vai ao encontro com o que Maurinucci (2007) caracteriza como um fenômeno qualitativo, abordando sobre a exploração da mão de obra da mulher migrante, a qual, se submete para garantir sua subsistência. Durante sua análise sobre mulheres migrantes de países do Sul para o Norte, sobretudo no território europeu, o autor aponta que as mulheres migrantes latinas têm como alternativa um mercado de trabalho em profissões como cuidadoras, domésticas e babás em sua maioria, que são característicos por ter flexibilidade de horários e baixos salários.

Para livrar-se do peso do trabalho doméstico, as mulheres nativas dependem da comercialização deste trabalho e compram os serviços das mulheres mais pobres e a baixo preço. E em nossa sociedade globalizada, são as trabalhadoras migrantes do Sul que estão liberando cada vez mais as mulheres do Norte desse peso. (PARREÑAS, 2002, p. 29 apud MARINUCCI, 2007, pg. 8)

Dessa forma, fica claro que o autor afirma que, em sua visão, a emancipação de algumas mulheres dá-se diante da exploração de outras mulheres, principalmente nas regiões de contraste como Norte e Sul global, e não por uma mudança estrutural de gênero ou então por meio de políticas públicas que valorizem o trabalho doméstico, dessa forma, expõe então uma desvantagem entre um grupo e outro (MARINUCCI, 2007).

Gráfico 4 - Porcentagem de mulheres migrantes internacionais por região (1960 e 2005)



Fonte: UNFPA/IOM, 2006, p. 30.

Segundo os dados apresentados pelo Gráfico 4, as mulheres migrantes estão mais presentes nas regiões mais desenvolvidas do globo, sendo assim, mais da metade das mulheres estão em regiões mais desenvolvidas. Ainda, é necessário compreender que o julgamento de incapacidade que a sociedade atrela a mulher é parte de uma cadeia em que à medida que as mulheres não possuem o mesmo acesso à educação que os homens, elas acabam sendo menos procuradas para o mercado de trabalho submetendo-se a trabalhos com condições inferiores (UNFPA/IOM, 2006).

Para Bertoldo (2018), a situação do migrante pode ser resumida nas múltiplas formas que ele se encontra em uma situação vulnerável para além do Estado aceitar ou não aquela figura do sujeito não-nacional.

Todo esse cenário que caracteriza o espaço-tempo das migrações contemporâneas coloca o(a) migrante em situação de múltiplas vulnerabilidades, sendo que a privação dos seus direitos humanos fundamentais se dá na medida em que sua opinião não é significativa e sua ação não é eficaz perante o espaço público. Através dessas premissas nota-se como a realidade do(a) migrante os coloca em um patamar distante dos nacionais, sendo que sua presença nunca é plena no espaço do Estado, tanto política, jurídica e simbolicamente (Bertoldo, 2018, p.40).

Ainda nesse sentido, é importante ressaltar que a questão da vulnerabilidade citada não está atribuída a pessoa, mas sim, à situação a que a pessoa está submetida em razão do processo migratório. Ou seja, são as fragilidades e complexidades da situação como um todo que envolve o contexto migratório que estipula o estado de vulnerabilidade, o desconhecido de um grupo em relação a outro grupo quando os dois são postos de frente para conviver, esses vazios de conhecimento e vivências causam vulnerabilidade também.

Quando observamos a questão da vulnerabilidade de mulheres migrantes, a situação fica um pouco mais agravada, principalmente por estarem predominantemente em uma esfera de trabalho domiciliar. Além disso, muitos lares são chefiados por mulheres, ou seja, as mulheres acabam ficando responsáveis pelo sustento familiar, assim, colocando sobre si mesmas a responsabilidade de migrar com o intuito de aumentar sua renda (MARINUCCI, 2007). Dessa forma, é possível afirmar que o envio de remessas para sua localidade de origem também constitui como causa das migrações femininas, sendo a ocorrência do deslocamento justificada pelo bem maior da família.

A vulnerabilidade da mulher pode ser compreendida como uma forma de um desempoderamento que carrega consigo valores de sistemas e de estruturas nas governanças, algumas pessoas são consideradas vulneráveis quando não conseguem fazer determinadas atividades sozinhas, já no caso da mulher, ela exprime a sua vulnerabilidade quando não consegue ser uma atriz de forma plena e nem realizar suas ações de forma plena, isso significa que o próprio direito de exercer seu papel individual é de certa forma negado. Essa somatória de fatores possui impacto nas mulheres migrantes em todas as etapas da migração, antes, durante e após (UNFPA/IOM, 2006).

De acordo com Bertoldo (2018), o envio de remessas é um ato corriqueiro para as migrantes, no intuito de ajudar seus conterrâneos no país de origem. Existem relatos em que a trabalhadora mulher estrangeira em seu empregador que o mesmo faria a tarefa de enviar diretamente para a sua família em seu país de origem toda a sua economia mensal, porém o empregador não enviou a quantia, guardando o valor para si.

Fatores esses que demandam especial atenção por parte do Estado, já sendo amplamente discutida a necessidade de facilitação e

desburocratização para o envio de remessas de dinheiro por parte dos(as) migrantes, como forma de garantir o próprio projeto migratório desses sujeitos. Outra discussão que também é fundamental nesse ponto é sobre o direito à reunião familiar e a partir daí toda a importância de discutir sobre o papel estatal em termos de acolhimento, integração e acesso a direitos básicos dos filhos e filhas das migrantes (Bertoldo, 2018, p.44).

Essa e outras explorações para com a trabalhadora migrante, somado ao desemprego, ocorre em muitas ocasiões devido à falta de documentação. O ato de migrar com a documentação regularizada, não é algo comum para mulheres com escassos recursos materiais, ainda mais somado a pouca qualificação formal, tornando o contexto da migração mais vulnerável ainda, uma vez que a falta de regularização dos documentos dificulta o acesso às políticas públicas e determinados serviços ofertados pelo Estado.

Para Dutra (2013), o fato de as mulheres enviarem dinheiro a suas respectivas famílias em seu país de origem é uma forte motivação para a migração feminina.

As mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais e do que se denomina de feminização da pobreza. (DUTRA, 2013, p. 82-83 apud. SHIRATA, 2018, p.16)

Paralelamente, é possível traçar uma comparação entre passado e presente. Há cerca de um século atrás as trabalhadoras domésticas mulheres no território europeu desempenhavam praticamente as mesmas funções que as migrantes trabalhadoras atualmente. As diferenças entre uma época e outra podem ser resumidas no fato de que antigamente, para trabalhar nas casas das famílias de maior poder aquisitivo da época, o perfil de mulheres recrutadas era o de moças solteiras, a partir de 14 anos de idade, buscadas principalmente em áreas rurais, orfanatos ou bairros operários, esse perfil é contrastado com a realidade de hoje, em que as domésticas na Europa possuem na maioria dos casos até formação, mas interpretam como a melhor alternativa para suas rendas(LISBOA, 2007). Algumas ainda possuem família e filhos e abandonam-os no país de origem.

O aumento na busca por empregadas domésticas na Europa durante o final dos anos 1990 e início dos 2000, e como os respectivos governos dos países de origem lucram com isso é elucidado por Lisboa (2007):

A associação Network of Filipinas in Europa estima em 500 mil o número de mulheres filipinas que trabalham atualmente na Europa, e os repasses de dinheiro dessas mulheres para o governo filipino somaram mais de 15 milhões de dólares entre os anos de 1982 e 1993. (BERTILDO, 2018, p.817 e 818)

Certamente o processo do fenômeno migratório mesmo que estudado sob a ótica de gênero não se dá de forma uniforme, Kosminsky (2004) em seu estudo acerca de famílias judias que migraram para Nova York e São Paulo na década de 20, discute como as relações de gênero podem ser vividas de formas diferentes pelas mulheres judias em ambas cidades. As mulheres migrantes judias que foram para Nova Iorque encontraram uma sociedade que oferecia oportunidades tanto para homens quanto para mulheres, mesmo que houvesse discriminação com as mulheres. Contudo foi possível para essas mulheres conquistar independência financeira.

Já para as mulheres que vieram para a cidade de São Paulo, encontraram uma sociedade conservadora, que não admitia o fato de mulheres irem trabalhar. Esse fato reforçou a cultura de origem daquelas mulheres, uma vez que rejeitavam o trabalho feminino antes do casamento (Kosminsky, 2004).

Diante da comparação das duas experiências observadas por Kosminsky (2004), é perceptível que as experiências migratórias das mulheres são repletas de singularidades, especialmente no que diz respeito às vulnerabilidades, tanto em questões de gênero, mas também étnicas, de idade, de classe, de orientação sexual, entre outros. Assim, dos anos 1970 até o presente as mulheres têm conquistado autonomia, tanto na área da pesquisa quanto na área individual, sendo pessoas protagonistas de suas vidas, vistas na sociedade como capacitadas para o mercado de trabalho, e cada vez mais independentes.

3. MULHERES MIGRANTES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Segundo dados da ONU (2022), no ano de 2020, a proporção de mulheres migrantes é superior a 48%. Ao falar da mulher no contexto de migração, foi visto que as mulheres sempre estiveram presentes como protagonistas inclusive no contexto das migrações, contudo não existia visibilidade nos estudos sobre tal fato até a década de 1970.

Esta seção apresenta um compilado histórico das migrações das mulheres para o Estado de São Paulo abrangendo o máximo de nacionalidades possíveis através de uma análise documental e bibliográfica,

Esse histórico está dividido em dois períodos. O primeiro período discutirá os fluxos de imigração durante o século XX e o segundo trata da entrada do novo milênio, ou seja, o século XXI, e conclui com a realização de um breve panorama das migrações das mulheres até os dias atuais.

3.1 SÉCULO XX

Durante a última década do século XIX, houve uma mudança no perfil populacional, fazendo emergir então um novo perfil no estado de São Paulo. Essa mudança pode ser explicada pela transformação no fluxo imigratório dessa localidade, que englobou principalmente presença de mulheres no universo do trabalho nas cidades e no campo.

O estado de São Paulo teve o trabalho feminino como uma constante no setor agrícola. Isso é demonstrado por Matos, Truzzi, Conceição (2018, p. 5) no município de São Carlos, cidade cuja localização se encaixava no eixo da expansão Paulista, no centro do estado, por meio de um censo realizado em 1907 no município. Verificando os números, observa-se que o total de mulheres no município era de 18.493, e 76% dessas mulheres habitavam o meio rural, dentro desse contingente, as que possuíam idade mínima para trabalhar de 12 anos correspondia a 8.199 mulheres, das quais 7.394 declararam profissão. É importante ressaltar que em São Carlos 75% das mulheres que declararam profissão eram colonas.

Nesse sistema de colonato, como visto anteriormente, os fazendeiros contratavam as famílias migrantes a fim de que essas fizessem o necessário para

manter a fazenda de cafezal em ordem. Suas tarefas poderiam ser variadas e contavam com atividades desde as tarefas da colheita, que ocorriam entre o meio do mês de maio até o mês de agosto, até outras atividades como capinar e limpar o café. Em lavouras de subsistência as atividades eram criar animais de pequeno porte, cultivo da horta além de preparar alimentos do cotidiano como carnes, queijos e conservas (MATOS, TRUZZI, CONCEIÇÃO, 2018).

Apesar da quantidade remunerada ser dada ao homem, pois, esse era visto como a pessoa que deveria receber esses ganhos e também que decidiria de que maneira iria distribuir essa remuneração, as tarefas só conseguiam ser finalizadas devido a soma do conjunto de esforços que também contava com o trabalho das mulheres, e muitas vezes esse era reduzido a uma forma de auxílio ao trabalho masculino, tornando o trabalho da mulher migrante nos cafezais como invisível e sem a devida importância (MATOS, TRUZZI, CONCEIÇÃO, 2018).

O Arquivo Distrital do Porto possui cartas trocadas entre os migrantes e suas respectivas famílias a respeito do município do município do Tietê, em que a mulher aparece mesmo que de forma ocultada, fazendo menção ao trabalho feminino nas fazendas.

Estado de S. Paulo Tietê 11 de novembro de 1916

Querida Mulher Participo te que estou trabalhando na fazenda Capoarinha em tietê no Estado de S. Paulo pertencente ao Sinor Osorio de Morães o qual me faz o favôr de mandarte vir para trabalhares aqui na lavoura junto comigo, por tanto é bom estares preparada para quando receberes o aviso poderes em barcar e assim juntos guilernaremos melhor a vida. Junto de nossos filhos. recebe saudades minhas deste teu marido. Manuel de Jasos Vieira (Carta Processo/maço 61759/0023, Arquivo Distrital do Porto/PT)⁴.

Outra carta do Acervo Hospedaria dos Imigrantes relata em seu conteúdo abaixo a perda da mãe enquanto trabalhava no cafezal:

Sao Carlos, 7 de Novembro de 1909

Tenho-lhe a dar-le a mais grande fatalidade que aconteceu na familia pelo fallecimento de Mamãi no dia 24 do passado, em consequencia da mordedura de uma jararacussú foi mordida quando estava colhendo café no braço esquerdo durou 8 dias soffrendo muito mais o que devemos fazer do impossivel nada tem que fazer, depos que o Sr foi daqui do Brazil a familia tem sido uma fatalidade, mais esta ultima foi a mais grande que perdamos uma mamãi. Alfredo (Carta 469, Acervo Hospedaria dos Imigrantes/Apesp, 1909).

⁴ Carta Processo/maço 61759/0023, Arquivo Distrital do Porto/PT

Observa-se por meio das cartas claramente que a mulher migrante exercia trabalho naqueles cafezais. Além disso, é possível observar o movimento do homem migrar a frente da família, deixando-os no país de origem, a fim de procurar um emprego e se instalar, para então posteriormente entrar em contato com a esposa e/ou família através das cartas dando notícias e também recrutando o serviço dela para a fazenda, solicitando que migrem então ao seu encontro, ficando todos juntos.

Para Stolcke (1986), o trabalho feminino era desprestigiado denominado como “trabalho para a gente” enquanto o trabalho masculino foi nomeado de “serviço de gente” levando os créditos do pagamento pelo seu chefe.

Dessa forma, é possível compreender que o fato de desqualificar o trabalho feminino reduzindo-o como ajuda, foram determinantes para a construção de um sistema de exploração sobre as mulheres que ainda perdura até os dias de hoje. Além disso, é possível afirmar a maneira de exploração sobre as mulheres em relação às atividades de trabalho, em que nesse período do colonato, estavam destinadas a trabalhar no cafezal, serem responsáveis pela educação dos filhos e pelos afazeres na casa, tendo então uma jornada dupla, enquanto aos homens era destinado uma jornada única de trabalho (ANDRIOLLI, 2006, p. 109-111).

Nas fazendas de café da região nordeste do Estado de São Paulo, na Fazenda Jatahy, D. Joana, filha de italianos, relata a cena em que lembra de sua mãe dando à luz a seu irmão após o expediente de trabalho:

A minha mãe trabalhou muito, nossa, ela era, como é que fala para abanar café. Pegava na peneira, não tinha um que passasse na frente dela! E ela disse que veio tão ruim, ia cedo, vinha de noite. Chegou tão ruim para ter o Luisinho! Ah, chegou e deitou e pronto! Suja! Foi ter o filho! Minha mãe não tinha preguiça. Costurava também. Era pequena a minha mãe, magrinha! Mas trabalhava, nossa senhora! [Depoimento de D. Joana, 78 anos] (ANDRIOLLI, 2006, p.111)

Além das cartas, é possível observar a presença das mulheres durante seus trabalhos nas fazendas de café através da história das fotografias registradas, como é o caso da Figura 1, em que as mulheres estão na fazenda do alemão, Franz Schmidt. Sua família trabalhou na primeira propriedade que fez uso da mão-de-obra do imigrante ainda quando o Brasil não tinha abolido a escravidão, na Fazenda Ibicapa (GUIDINI, 2014).

Figura 1 - Colheita de café na Fazenda Paulista no início do século XX



Fonte: GUIDINI, 2014.

A respeito da vivência das mulheres migrantes de origem portuguesa, com destino a Hospedaria do Imigrante, em São Paulo, nacionalidade essa cujas porcentagens foram aproximadas entre 35% e 40% do total dos deslocamentos totais portugueses no início da década de 1920. Merece destaque as migrações das mulheres de fluxo açoriano e madeirense, que representaram 49,92% e 43,07% respectivamente, entre os anos de 1886 e 1900. Era de tamanha importância esse contingente de mulheres que migraram, fato que já tinha sido identificado na época, em 1887, pelo deputado português Oliveira Martins no seu projeto de lei intitulado Fomento Rural e Emigração. Ele ressaltava que nas regiões de Açores e da Madeira, as taxas de emigração eram bem superiores do que as das regiões norte e central de Portugal (FREITAS, 2014).

Ainda sobre as mulheres migrantes portuguesas, as autoras De Matos, De Menezes (2017), articulam que era comum existir pequenos comércios e armazéns na própria residência dos estrangeiros, esses geralmente ocupavam o quarto mais próximo à rua. Esses comércios contavam com o trabalho das mulheres, fator muito determinante, visto que muitos deles ficaram conhecidos pelo nome das mulheres que ali moravam e conseqüentemente atendiam. Assim, essas mulheres, que ocupavam atividades tanto na esfera pública como na privada, precisavam além de atender ao negócio, administrar o lar, passando dia após dia trabalhando.

Com o avanço da urbanização, as famílias enxergaram como uma nova oportunidade de renda, alugar algum dos cômodos da casa. Ainda, muitas mulheres mais jovens contavam com a hospedagem na casa de parentes, contudo, acabavam trabalhando nos negócios deles também, muitas vezes sem sequer receber algo por isso, ou então eram parcialmente remuneradas, ficando com seus pagamentos incertos.

Nas regiões ao redor das cidades, existiam muitas chácaras, principalmente na região da Vila Mariana, nesses locais as mulheres eram responsáveis por produzir frutas, verduras, legumes, frangos e ovos, geralmente para auxiliar a complementar a renda, além disso, muitas vezes elas saíam com seus excedentes como ambulantes, a fim de conseguirem mais renda. Já em seus domicílios, as mulheres cozinhavam para vender aos finais de semana ou em datas especiais. Era muito claro a divisão da atribuição de atividades entre homens e mulheres, nos canais da imprensa principalmente, quando ofertavam vagas eram comuns dizeres destinando a mulher para a função de lavadeira e o homem possuía mais opções, como jardineiro e hortelão ou serviços gerais (DE MATOS, DE MENEZES, 2017).

Posteriormente, com o avanço das indústrias pelo estado de São Paulo, as mulheres estrangeiras acompanharam esse movimento e mais uma vez estavam presentes trabalhando com inúmeras diferenças dos homens. Inclusive há denúncias sobre a diferença salarial entre homens e mulheres, o jornal *O Operário* afirma que as mulheres ganhavam 65% do que os homens adultos ganhavam e trabalhavam a mesma quantidade do que eles (MATOS, TRUZZI, CONCEIÇÃO, 2018).

As mulheres exerciam diferentes funções como tecelãs, passadeiras, empacotadoras além da área de produção têxtil, a maioria das imigrantes recrutadas eram jovens. Em 1921, foi fundada a fábrica de meias Lupo em Araraquara, empresa inicialmente voltada exclusivamente para a produção de meias masculinas, recrutava força de trabalho da mulher migrante, como observa:

As folhas de pagamento da época mostram: a maioria das empregadas eram italianas e filhas de italianos. Henrique Lupo [...] relacionava-se com todos e era natural o instinto de proteção em relação a seus compatriotas: ele sabia da associação do produto com a delicadeza, considerada atributo feminino, fez com que esse mercado de trabalho se caracterizasse como excelente para esse tipo de mão de obra. As mulheres sempre foram percebidas como mais adaptáveis a este tipo de trabalho. Consideradas portadoras de qualidades como destreza, habilidade manual, delicadeza, cuidado. Ocupavam na fábrica de meias funções ligadas ao processo produtivo, que começava com a preparação do fio, passando pela tecelagem até o

acabamento. Na fábrica, as funções exercidas pelas mulheres, sempre ligadas à produção de meias, eram: operadoras de máquinas, texturização, preparação do fio, remalhadeiras, repassadeiras, bordadeiras, costureiras, separadeiras de punhos, auxiliares de acabamento, mensageiras etc – trabalhos parcelares e rotineiros – podendo uma minoria alcançar posições mais elevadas como líderes de turnos, ajudantes de encarregadas, chegando no máximo à encarregada geral de seção. Apesar das habilidades exigidas para a entrada neste mercado de trabalho (bordar, costurar, fazer crochê e tricô), o trabalho de confecção de meias exigia aprendizagem. No início, as moças que iniciavam nas atividades da fábrica ainda muito jovens, entre 14 e 17 anos e mesmo aquelas mais maduras, recebiam treinamento no próprio processo de trabalho, para o que foi contratada uma profissional especializada. (CAIRES, 2015, p. 34 apud MATOS, TRUZZI, CONCEIÇÃO, 2018, p. 12)

Além do relato acima que mostrava que as mulheres migrantes italianas e seus descendentes constituíram a maior parte das trabalhadoras da fábrica Lupo, Matos, Truzzi, Conceição (2018) apresentam o retrato do interior da fábrica bem como as mulheres em seus postos de trabalho (Figura 2).

Figura 2 - Interior da fábrica de meias Lupo na década de 1930



Fonte: Acervo Meias Lupo

Além do relato acima, o qual mostra que o trabalho nas fábricas e nas fazendas de café, muitas mulheres migrantes exerciam trabalhos domésticos, em atividades como arrumadeiras, cozinheiras, empregadas, lavadeiras, governantas, babás e outras funções correlacionadas. Além disso, tinham casos de a família ser contratada junta, quando isso acontecia, geralmente a mulher era responsável pelos serviços domésticos, enquanto o homem pelo jardim e horta, além do cuidado de animais.

Quando parentes com condições financeiras mais escassas chegavam do estrangeiro tornavam-se domésticas automaticamente, a partir de 12 anos (BERTOLDO, 2017). Esse segmento de trabalho esteve presente e ainda perdura até os dias atuais, na maior parte das nacionalidades, observa-se o estrangeiro visto inferior e esse por sua vez aceita submeter-se a um trabalho que a sociedade daquele local não quer.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016, p. 26 apud BERTOLDO, 2017, p. 29) apresenta alguns fatores e interações com o objetivo de auxiliar a compreensão acerca do trabalho doméstico de migrantes, dentre eles estão:

a) a dificuldade cada vez maior que as famílias enfrentam em lidar com o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares; b) o envelhecimento da população e crescimento da expectativa de vida, juntamente com as menores taxas de fertilidade que têm colocado em tensão os tradicionais modelos de cuidado; c) o aumento do custo de vida, juntamente com a segmentação do mercado de trabalho, a violência doméstica e familiar e o não acesso à educação, ou seja, situações para as quais não resta outra opção para essas mulheres a não ser migrar (OIT, 2016, p. 26 apud BERTOLDO, 2017, p. 29)

As mulheres bolivianas ocuparam diferentes esferas em diferentes recortes temporais, Ribeiro (2016) aborda a migração das bolivianas para São Paulo, é datado o período de 1950 a 1970 como o da primeira onda, vieram mulheres principalmente estudantes universitários com intercâmbio e profissionais liberais que encontravam dificuldades em trabalhar. Apesar desse segundo grupo não ter números tão significativos quando comparado com a grande metrópole. Já a segunda onda, caracterizou-se pelo ingresso das bolivianas nas confecções de costura, que já estava em fase de expansão com a entrada de imigrantes coreanos. Seus trabalhadores enfrentavam cargas horárias exaustivas, além de serem remunerados mediante a produtividade, em que por peça não se ganha mais do que R\$2,00.

Segundo Cymbalista e Xavier (2007 apud RIBEIRO, 2016), o número de migrantes mulheres bolivianas sofreu um salto ao longo do tempo, em 1992 a porcentagem de mulheres imigrantes bolivianas na metrópole paulistana era de 26%, e em 2007 passou para 44%.

Durante um trabalho de Alessandro da Silva e Lorraine Souza (2015), sobre mulheres migrantes bolivianas em São Paulo, foi demonstrado através das entrevistas que todas elas, possuíam em comum o desejo do regresso ao seu país de origem no momento em que tivessem como proporcionar condições de vida

melhores na Bolívia, esse sentimento foi apresentado tanto por mulheres solteiras como por mulheres migrantes que haviam deixado suas famílias. Sayad (2000, p.11) traz excelente reflexão sobre esse fato, ele explica que o retorno do migrante ao país de origem está relacionado com o sentimento e percepção da presença que aparenta ser provisória, é lembrado o tempo todo que não pertence àquele lugar, que aquela não é sua terra.

No caso das mulheres migrantes, a situação é ainda mais agravada, pois além de precisarem conviver com o sentimento de que não pertencem àquele local, lidam com o peso do “abandono familiar”, em que precisa sair de seu país, deixando sua família para muitas vezes “cuidar”, no sentido de trabalhar em uma outra família, criando esse vazio, experimentando a sua dupla falta (SAYAD, 2000, p. 18).

Além desses pontos acerca da integração das mulheres migrantes estrangeiras no Estado de São Paulo, é importante ressaltar o papel das Hospedarias de Imigrantes. Como visto anteriormente, as hospedarias eram responsáveis por promover a estalagem dos imigrantes, além de servir refeições e destiná-los aos seus respectivos novos trabalhos. A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, prédio que atualmente ocupa o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, “foi a primeira morada paulistana de milhares de estrangeiros e brasileiros de outros estados que escolheram viver em São Paulo” (CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, [s.d])

Figura 3 - Registro de Imigrantes da Hospedaria de Imigrantes (1954)

The table is a dense grid of data with the following main sections:

- Header:** HOSPEDARIA DE IMIGRANTES, REGISTRO DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS, Nº 135
- Columns:**
 - Personal Data:** Nº de Matrícula, Nome, Sexo, Idade (with sub-columns for years, months, days), Estado Civil, Profissão, Nacionalidade, País de Origem.
 - Migration Data:** Sua Última Residência (with sub-columns for Country, Locality, Date, Time), Data de Embarque, País de Destino, Nº de Documento, Nº de Registro, Vistos.
 - Disposition:** Encaminhamento (with sub-columns for Type, Date, Location).
 - Observations:** Observações.
- Content:** Rows of individual records, many with handwritten entries, listing names like 'Liliane', 'Luzia', 'Lidia', etc., and their respective details.

Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo, livro 173 p. 35

A Figura 3 compreende a uma página de um dos livros de registros de imigrantes internacionais da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo do ano de 1954. A partir de sua leitura é possível afirmar que muitas mulheres fizeram uso dos serviços das hospedarias. Nesse caso, é registrado somente a nacionalidade de italianos, é perceptível um número aproximado entre homens e mulheres migrantes. Dentre as mulheres, a maioria delas exerceu a profissão de domésticas. Já a respeito de suas idades e estado civil, estão divididas de forma variada quanto a idade e bem equiparadas entre casadas e solteiras, sendo que muitas delas enquadram-se na condição de chefe de família ou vieram só.

3.2 SÉCULO XXI

Como um desdobramento do século XX, as migrações internacionais femininas continuam em grande peso, haja visto que o relatório da ONU demonstrou que no ano de 2020 as migrações feitas por mulheres junto de suas famílias ou não correspondeu a 48,04% das migrações internacionais. Cada localidade apresenta uma particularidade e um contexto, para as mulheres da América Latina, as últimas décadas têm tido enfoque tanto na pobreza quanto do setor terciário e sobretudo das migrações. Isso porque mão-de-obra das mulheres passou a ser entendida como uma

rede trabalhadora de mulheres, que desempenham funções como serviços domésticos, atendimento em lojas, garçonetes, trabalhos ambulantes e informais, etc (LUCENA, 2013).

As mulheres bolivianas são exemplos disso, se inseriram no universo da costura, muitas das vezes trabalham pelo sistema de remuneração por peça fabricada e quando não estão diretamente nessa cadeia de produção da costura, estão nas fábricas exercendo outras funções como faxineiras, cozinheiras e ajudantes nas mesmas oficinas; ou até como vendedoras de roupa das oficinas para as quais trabalhavam (RIBEIRO, 2016). Como dito, tratam-se de empregos informais, possuem longas jornadas de trabalho e, no caso da costura, possuem remuneração por produtividade. A maioria das oficinas optou por contratar casais, pois, no decorrer do trabalho de seu marido, a mulher realizava as tarefas domésticas e ele ficaria responsável pela produção. Além disso, os contratos de emprego muitas vezes também incluem a oferta de moradia no mesmo local de trabalho, visando aumentar a produtividade (RIBEIRO, 2016).

Em Freitas (2013 p. 537 apud RIBEIRO, 2016, p. 13), é relatado o depoimento de Suzana, imigrante boliviana, que esteve em São Paulo e retornou à Bolívia para cuidar de seu filho:

Pela manhã, às 6h, saía a levantar. E tinha que colocar o café da manhã para os trabalhadores. Daí, desde as 7h, começamos a trabalhar: eu tinha que desenredar os fios porque era ajudante de costura. Desde as 10h, fazia o almoço e, depois, cozinhava até as 12h, almoçava e, às 13h, voltava a trabalhar como ajudante de costura. E, depois, às 18h, servia chá e tinha que voltar, de novo, e somente depois descansava. Era muito trabalho. E, ainda, tinha que limpar a oficina de costura e para a sua filha [filha da dona] tinha que lavar roupa [...] (FREITAS, 2013, p. 537 apud RIBEIRO, 2016, p. 13).

Representando o vazio da migração, uma das entrevistadas do autor, Suzana, conta que veio para São Paulo junto de seu marido, deixando seu filho em seu país de origem, com a necessidade de uma outra pessoa cuidar da criança, ainda se encontra sozinha, pois o marido retorna à Bolívia e ela fica para trabalhar e mandar dinheiro a família. Observa-se assim dois fenômenos, o primeiro relacionado em como o cuidado e o sustento familiar exercido pela mulher marcam os fluxos migratórios, entrando em contradição com o sistema patriarcal que prevê a figura masculina como provedor. Já o segundo fenômeno é sobre a dinâmica em que a mulher migrante sai de seu país deixando os filhos para serem cuidados por uma terceira pessoa expressando o vazio da presença dela naquele local, e às vezes no

país de destino acaba trabalhando como babá, ou seja, migra deixando sua criança para ser cuidada por outra pessoa para trabalhar cuidando de outra criança, mas isso ocorre como consequência do sistema que encaminha o trabalho doméstico exclusivamente para a mulher, principalmente quando migrante trabalhando para outra mulher geralmente.

Ainda sobre essa nacionalidade, é importante pontuar a presença da *Feira Kantuta*, com início nos anos 2000, organizada por imigrantes bolivianos, mas que também possui outras nacionalidades, atualmente acontece aos domingos no município de São Paulo. Além de ser uma fonte de renda para os imigrantes é um espaço de encontro de diversas culturas. Verônica Yujra, de La Paz, é filha de bolivianos que tiveram uma tenda nessa feira e também investiram em oficinas de costura (PAES, 2022).

Em relação às mulheres de nacionalidade filipina residentes no Estado de São Paulo, entre os anos de 2000 e 2016, foram registradas 1.173 migrantes que realizam trabalho doméstico (Locatelli, 2017). Essa nacionalidade conta com a participação ativa do Estado, ou seja, possui a documentação como característica, em que agências filipinas realizam acordos com agências brasileiras, e realizam os trâmites necessários. Locatelli (2017) ressalta a presença de cerca de 130 empregadores na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que contratam 180 trabalhadores domésticos internacionais, sendo a grande maioria filipinos

Desse contingente, cerca de 70 mulheres migrantes trabalhadoras domésticas filipinas chegaram a São Paulo em 2014 por meio de um acordo entre uma agência filipina e uma empresa brasileira, posteriormente condenadas por agenciamento fraudulento e por não agirem quando três de suas agenciadas possuíam condições de trabalho análogas à escravidão (Locatelli, 2018 ; TRT 2ª região, 2019) , formando-se assim a Comunidade Filipina em São Paulo.

Durante suas análises, Ribeiro, Baeninger (2020) efetuaram entrevistas com algumas mulheres trabalhadoras domésticas filipinas, uma delas durante relato abaixo fala sobre sacrifício

Se eu envio 500 reais por mês para eles [família], o que daria em torno de 7.500 pesos [filipinos], eles podem usar para lazer, ir a restaurantes mais caros umas 2 vezes ao mês, comprar carne, já é uma ajuda. (...) Nós saímos do país para ganhar mais, porque o salário mínimo lá é muito baixo. 80 % das famílias filipinas possuem 2 ou 3 membros trabalhando fora do país. (...) Atualmente, 50 % da economia do país depende do dinheiro que os

migrantes enviam. Por isso nos chamam de heróis modernos [modern heroes]. Sem isso, seríamos o país mais pobre do mundo (RIBEIRO, BAENINGER, 2020, p. 09)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) traz dados a respeito das migrações que abastecem o trabalho doméstico remunerado, esses mostram que dentre 67 milhões de trabalhadores domésticos em todo o mundo, 11,5 milhões deles são migrantes internacionais (OIT, 2015, p. 6). Desse contingente, 73% são mulheres, valor equivalente a 8,5 milhões de mulheres migrantes que estão no trabalho doméstico. Lisboa (2007), ressalta que cerca de 100 mil mulheres todos os anos se deslocam com trabalhos domésticos na esfera privada.

Analisando em números o espectro do início do século XXI, segundo os últimos dois Censos Demográficos realizados, de 2000 e 2010, houve uma queda no volume da entrada de imigrantes no Brasil em mais de 90 mil pessoas. Essa queda vale tanto para o território nacional como para os migrantes de ambos os sexos, sendo os estados de maior contingente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que juntos somavam 71,2% da população de migrantes no Brasil em 2000, e esse número passou para 63,8% no ano de 2010, se classificam como o destino da maior parte dos migrantes, seguidos de estados como Paraná e Distrito Federal (Tabela 1).

Tabela 1 - Comparação dos fluxos migratórios internacionais por sexo, segundo principais Unidades da Federação e municípios de residência Brasil

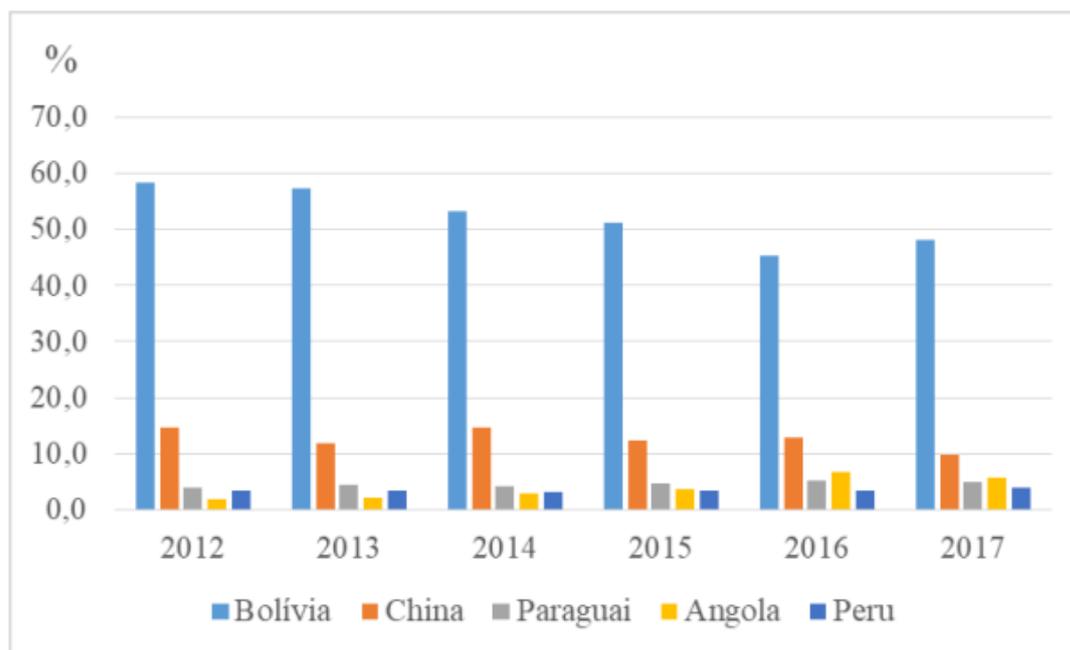
Brasil e Unidades Federação	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	92.668	53.065	39.603	156.469	88.542	67.927
Amazonas	1.674	862	812	3.371	2.074	1.297
Roraima	709	369	340	572	319	253
Ceará	848	643	205	1.977	1.500	477
Pernambuco	804	512	292	1.075	668	407
Bahia	1.190	802	388	2.195	1.355	840
Minas Gerais	1.811	1.177	634	3.426	1.987	1.439
Rio de Janeiro	8.391	4.726	3.665	10.268	5.731	4.537
São Paulo	21.699	12.566	9.133	41.103	22.443	18.660
Paraná	7.214	4.112	3.102	8.041	4.002	4.039
Santa Catarina	1.304	682	622	1.988	1.279	709
Rio Grande do Sul	3.651	1.968	1.683	5.084	2.603	2.481
Mato Grosso do Sul	682	335	347	1.470	591	879
Goiás	568	269	299	1.326	733	593
Distrito Federal	2.079	1.223	856	3.517	1.817	1.700
Outras UFs e Municípios	40.044	22.819	17.225	71.056	41.440	29.616

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010

Contudo, por mais que expresse uma redução na taxa de migração internacional para o Estado de São Paulo no último ano analisado, 2010. Em um contexto de crise financeira de 2008, com início nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. Isso influenciou diretamente os números de imigração, contudo, esses ainda permanecem altos nos anos que se sucederam (FERREIRA, 2019).

Ferreira (2019), em seu trabalho trata a respeito dos nascimentos de filhos de mulheres imigrantes no município de São Paulo, a autora afirma que nos dados da Gráfico 5, as bolivianas se destacam com mais da metade de nascimentos no período abordado caindo para pouco menos que a metade somente em 2016, as chinesas ocupam o segundo lugar durante todos os anos.

Gráfico 5 - Distribuição de nascidos vivos em São Paulo das cinco nacionalidades mais frequentes (2012-2017)



Fonte: FERREIRA, 2019, p. 53

Ainda nesse sentido, a figura a respeito dos nascidos vivos de São Paulo evidencia que muitas mulheres permanecem no país de destino, no caso o Brasil. Além disso, ainda constituem famílias ou conseguem deslocar suas famílias do país de origem ao encontro da mulher migrante, criando então filhos de imigrantes e conseqüentemente uma comunidade descendente.

As mulheres analisadas se encontram em diferentes situações no que se refere à permanência no Brasil. Duas delas conquistaram visto por conta do nascimento de filhos brasileiros. Assim, podem prestar serviços com registros em carteira de trabalho, porém, preferem a economia informal. Uma cozinheira que vende comida na rua, recém chegada em São Paulo, além de estar inserida na economia informal é indocumentada.

Além disso, é importante apresentar os dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra) dos anos de 2010 até 2019, ano da origem do COVID-19, por mais que o gráfico seja expresse os números nacionais e não do Estado de São Paulo, é importante analisar por essa ótica visto que é de difícil acesso dados precisos exclusivos do estado paulista. Nesse período, foram um total de 26.554.564 entradas e 25.360.296 saídas, resultando em um saldo de 688.367 imigrantes mulheres no país nessa década (Gráfico 5).

Observando minuciosamente os dados da Tabela 2 pode-se afirmar, que a primeira metade da década, de 2010 até 2015, as argentinas; uruguaias; paraguaias; chilenas; estadunidenses; alemãs; francesas; portuguesas e espanholas ficaram, entre as principais nacionalidades nas migrações. Contudo, essa tendência sofreu alterações entre os anos de 2016 até 2019, em que imigrantes sul-americanas e caribenhas tiveram grande destaque, já as venezuelanas tiveram a maior movimentação de fronteira, com total de 116.653. As argentinas se mantiveram com alta movimentação de forma mais linear, com soma de 74.600.

Em terceiro lugar encontram-se as haitianas, que no primeiro período foi igual a 17.526, e entre 2016-2019 sofreu um salto para 37.082. Assim, é possível perceber uma tendência na mudança do eixo migratório para o Brasil, direcionado às rotas migratórias Sul-Sul. Os dados da Tabela 2 em questões de movimentações evidenciam que as mulheres imigrantes também são protagonistas em recolocar o Brasil como país de destino, consequentemente passa a construir um novo perfil das imigrantes mulheres a partir do número expressivo das migrantes sul-americanas e caribenhas (TONHATI, MACÊDO, 2020).

Tabela 2 - Entrada e saída de mulheres do Brasil por país de nacionalidade (2010-2019)

País Nacionalidade	2010 - 2015			2016			2017			2018			2019		
	MULHERES			MULHERES			MULHERES			MULHERES			MULHERES		
	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total	Entrada	Saída	Total
ARGENTINA	3.367.791	3.207.639	160.152	893.143	886.966	6.177	1.162.233	1.131.989	30.244	1.223.256	1.197.215	26.041	1.002.642	990.504	12.138
ESTADOS UNIDOS	891.280	881.361	9.919	149.656	156.697	-7.041	119.149	123.279	-4.130	139.405	141.854	-2.449	162.227	163.562	-1.335
PARAGUAI	882.939	868.856	14.083	123.173	119.349	3.824	128.896	123.295	5.601	158.162	152.931	5.231	158.358	155.707	2.651
CHILE	590.346	577.864	12.682	137.063	136.651	412	156.164	154.771	1.393	190.493	190.521	-28	190.335	190.052	283
URUGUAI	582.404	562.758	19.646	137.358	134.986	2.372	154.535	152.327	2.208	154.736	151.245	3.491	173.943	171.532	2.411
FRANÇA	482.741	478.355	4.386	95.536	97.483	-1.947	88.943	88.401	542	103.394	103.591	-197	114.448	114.755	-307
ALEMANHA	424.426	419.158	5.268	73.222	74.500	-1.278	64.222	64.107	115	69.729	69.459	270	70.707	71.182	-475
ITÁLIA	348.877	354.707	-5.830	56.394	59.608	-3.214	53.199	55.060	-1.861	59.190	60.008	-818	65.502	66.215	-713
PORTUGAL	469.603	465.942	3.661	77.075	79.593	-2.518	75.233	76.906	-1.673	80.135	81.510	-1.375	83.894	84.119	-225
ESPAÑA	327.226	325.513	1.713	51.672	53.361	-1.689	47.904	48.904	-1.000	54.173	54.953	-780	61.449	62.155	-706
REINO UNIDO	221.365	219.115	2.250	55.267	55.589	-322	42.659	42.763	-104	48.316	48.010	306	53.696	53.331	365
COLÔMBIA	277.336	268.195	9.141	55.251	54.116	1.135	57.073	54.860	2.213	69.971	68.400	1.571	67.103	65.886	1.217
PERU	273.648	266.902	6.746	56.089	56.195	-106	57.204	56.107	1.097	67.729	66.892	837	75.772	75.201	571
BOLÍVIA	236.267	208.149	28.118	65.564	62.245	3.319	68.239	62.296	5.943	74.442	67.166	7.276	76.636	73.659	2.977
MÉXICO	152.789	149.513	3.276	29.710	30.132	-422	29.066	29.059	7	30.809	30.679	130	33.322	33.047	275
JAPÃO	140.176	139.398	778	21.726	22.005	-279	18.510	18.703	-193	19.356	19.440	-84	18.765	18.552	213
CHINA	137.059	131.857	5.202	29.498	30.206	-708	30.471	30.543	-72	34.859	35.460	-601	38.237	39.366	-1.129
PAÍSES BAIXOS	130.752	129.380	1.372	24.317	24.808	-491	19.897	19.995	-98	23.478	23.440	38	25.840	25.921	-81
VENEZUELA	154.745	151.279	3.466	34.275	31.291	2.984	42.274	31.547	10.727	104.481	62.983	41.498	115.362	53.918	61.444
CUBA	31.727	25.852	5.875	9.626	10.130	-504	9.625	9.866	-241	15.853	16.058	-205	10.372	7.858	2.514
FILIPINAS	24.145	22.774	1.371	5.329	5.364	-35	5.767	5.516	251	6.997	6.626	371	6.593	6.351	242
OUTROS PAÍSES	1.731.431	1.682.674	48.757	303.158	298.452	4.707	264.820	257.649	7.171	305.274	294.817	10.457	333.939	317.949	16.144

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema Tráfego Internacional (STI), 2020.

Em contrapartida a esses dados, é igualmente importante entender, mesmo que brevemente, alguns mecanismos que auxiliam as mulheres migrantes. Como exemplo foram escolhidas a Casa das Mulheres, a Lei Municipal nº 16.478 e a Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas.

A Casa das Mulheres é um antigo abrigo de mulheres moradoras de rua, em 2006 foi transformada em uma casa-abrigo para acolher até 70 pessoas, entre elas mulheres estrangeiras e seus filhos, com objetivo de dar educação e atendimento a essas mulheres. Com o auxílio conjunto de outras duas instituições, reúnem esforços para abrigar na casa mulheres estrangeiras que cumpriram pena criminal em território brasileiro. Assim, a Casa das Mulheres é a primeira instituição paulista, com caráter assistencial e sem fins lucrativos, a acolher mulheres presas e egressas estrangeiras do sistema prisional de São Paulo. A Casa é gerida pela Associação Palotina, que conta além das acomodações da casa, também com projetos sociais (DE SOUZA, 2017).

Seu nome na realidade é dado como: Casa de Acolhida Nossa Senhora de Aparecida, mas seu nome fantasia utilizado já denuncia uma diferença explícita de gênero nos modelos institucionais de acolhimento e estrangeiro na cidade.

Além disso, a Lei Municipal nº 16.478, sancionada pelo prefeito Fernando Haddad em 08 de julho de 2016, instituindo a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), estabelece os principais objetivos, ações e diretrizes pelas quais a PMPI deveria ser conduzida. Passa a reconhecer a população imigrante como todos os sujeitos que deixaram seus países de origem, transferindo-se para o Brasil, independentemente da situação migratória. A Lei Municipal tem caráter principiológico, com dez artigos que definem objetivos, princípios, diretrizes e ações administrativas e de implementação. Dentre seus princípios estão a universalidade, dos direitos humanos, e o compromisso do município para com o combate às mais variadas formas de discriminação (ROSABONI, 2019).

A partir desse avanço, fez com que São Paulo se tornasse a primeira cidade a adotar uma lei municipal de migração, por mais que o município já contasse com formas de atender nesse sentido o migrante. A lei garante por via legal ações do governo municipal em favor da população de interesse. É importante ressaltar que antes dessa data, era o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, que regulamentava o acesso a programas e políticas se dava de acordo com a condição migratória dos indivíduos.

Contudo, a Lei Municipal nº 16.478 não dispõe de mecanismos acerca do contexto de gênero, ficando a cargo do Decreto Municipal nº 57.533 abordar esse tema.

Entre as políticas voltadas diretamente às mulheres migrantes, estão o atendimento socioassistencial a mulheres egressas do sistema prisional; a capacitação de funcionários de equipamentos públicos no atendimento a mulheres, especialmente aquelas vítimas de violência doméstica; a atenção à saúde da mulher migrante e ao seu atendimento, com a ampliação de casas de parto e a promoção ao parto humanizado; o incentivo ao empreendedorismo e à participação social (ROSABONI, 2019 p. 52).

Ainda nesse sentido, merece destaque a Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas, que nasce em 2013. É composta por mulheres de diversos países que se posicionam com o objetivo de se manifestarem para a construção de políticas específicas no contexto da imigração, maior visibilidade e maior espaço na Marcha e no Fórum Social Mundial das Migrações (realizado em 2016, em São Paulo).

No ano seguinte, em 2014, fez parte da Marcha dos Imigrantes pela primeira vez, durante a sua 8ª edição. O tema que norteou essa edição foi a seguinte frase: “Basta de violência contra @s imigrantes”, assim as mulheres que formavam o bloco reivindicaram pela violência contra os imigrantes, xenofobia, e outras pautas comuns, como por exemplo os avanços na política de migração, a fim de que ela se tornasse mais justa e humana, o fim da xenofobia, a equidade de gênero no contexto migratório, atenção e direcionamento à saúde da mulher, bem como a humanização no atendimento, fim da violência contra a mulher, segurança e dignidade no trabalho (ROSABONI, 2019).

A Figura 4, representa um pouco do que foi não somente essa marcha pela Frente das Mulheres, mas também o início de um espaço de voz e reivindicação que ninguém poderá tirar.

Figura 4 - Frente de Mulheres Migrantes na Marcha dos Imigrantes de 2014



Fonte: MAEDA, 2014.

A presença da Frente das Mulheres na Marcha dos Imigrantes vem acontecendo anualmente, se dá geralmente no mês de novembro. No ano seguinte, em 2015, a Marcha dos Imigrantes teve como tema “Fronteiras livres, não a discriminação” e sua última edição foi em 2019 por conta da pandemia, e levou o tema: “Para igualdade e dignidade não existem fronteiras: Livres com direitos em qualquer lugar do mundo” (MIGRAMUNDO, 2019). Cada ano trazendo cada vez mais mulheres migrantes para compor a Frente.

Para Paes (2022), a Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas:

[...] além de agregar visibilidade à marcha nacional das mulheres, também se articula em torno das pautas sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no direito à educação, no direito à sexualidade, no direito à saúde, no direito a ser quem deseja. As vozes das mulheres imigrantes rompem os silenciamentos diários, impostos em variados espaços do cotidiano, doméstico ou público, e retomam uma importante plataforma da esfera política do tempo presente: os autoagenciamentos realizados pelas próprias mulheres nos diferentes espaços de organização (PAES, 2022, p. 139)

Esses mecanismos são apenas alguns dos vários que existem a fim de tornar o cotidiano da mulher imigrante mais acolhedor. Com destaque especial a Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas, como um movimento em que as mulheres migrantes sentem uma identidade, enxergam e sentem que não estão sozinhas,

possuindo a mesma luta, e tornam-se militantes da área, por maior visibilidade e espaços de protagonismos. Em seu manifesto declaram:

[...] É preciso falar de gênero nas migrações. As mulheres que migram são expostas a riscos derivados de circunstâncias mais graves que os homens, por serem mulheres, em sua maioria, jovens e pobres. Estar em outro país gera o isolamento de nossas culturas, redes familiares e sociais, situações que provocam incertezas e maior vulnerabilidade. Nossa luta é por um mundo mais justo, sem fronteiras e sem discriminação, com acesso a direitos humanos, dignidade e cidadania plena para as mulheres imigrantes e refugiadas e pelo direito a migrar. Reivindicamos que hajam mecanismos concretos de proteção dos direitos das mulheres atravessando fronteiras precariamente em diversos lugares do mundo. Basta de ódio, machismo, racismo, xenofobia, exploração sexual, tráfico de mulheres e crianças. Nos queremos Vivas [...] (CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, p. 17).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, até a década de 1980, praticamente todas as visões sobre o fenômeno migratório internacional excluía a mulher de suas estatísticas, apresentava a mulher sob uma ótica estereotipada, reduzidas a acompanhantes de seus maridos e sua jornada se limitava a reencontrá-los no país de destino quando este já estivesse estabilizado. Contudo, por mais que as mulheres tenham exercido suas atividades dentro e fora do lar, em fábricas, lavouras e comércios também nas estatísticas das imigrações, foram muitas vezes tratadas como secundárias. Ficaram na sombra, desempenhando sempre uma função a margem das atividades principais, seja prestando assistência, seja ao cuidado doméstico, seja na educação e até mesmo na cozinha.

Com o avanço da teoria feminista que passou a estudar o fenômeno da migração, sob a ótica de gênero, passou a existir um espaço no mundo acadêmico para se estudar a temática das migrações voltada para a mulher, em como ocorre esse fenômeno para e com ela, uma vez que passa a enxergar a mulher migrante como protagonista de suas escolhas e necessidades principalmente nesse contexto das migrações. Protagonistas as quais enfrentam o preconceito, o medo e a forte submissão para irem atrás de seus objetivos, como condições de vida melhores e muitas outras vezes se submetem a condições precárias para enviar remessas a sua família no seu país de origem.

Entretanto, existe uma quantidade consideravelmente grande de diferença quando se compara o número de estudos que envolvem a migração sob uma ótica masculina com os mesmos estudos, porém sob a ótica de gênero. Conseqüentemente alguns dados e informações acerca do percurso das mulheres migrantes não são encontrados de forma explícita em grande quantidade, sendo desse modo é necessário compreender e analisar o conteúdo que existe das mulheres e por fim realizar o processo de reunir as informações e construir de fato um foco sobre as mulheres migrantes.

O Brasil sempre foi um país receptor de imigrantes, desde o século XIX com a busca da mão de obra do imigrante para trabalhar sobretudo nas fazendas de café, e contou com subsídios do governo federal e no Estado de São Paulo, contou com

subsídios do governo estadual para a vinda de imigrantes, passando pelas hospedarias para o processo de acolhimento no sentido de abrigar, alimentar e também destinar aqueles imigrantes para o trabalho nas lavouras de café. Essas instituições foram de extrema importância para os imigrantes durante seus primeiros momentos aqui, inclusive atualmente uma das maiores hospedarias da época a Hospedaria de São Paulo hoje constitui o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, oferecendo oficinas aos próprios imigrantes e também mantendo a história e a memória dos que já passaram, vivos.

O Brasil contou um grande contingente de mão de obra estrangeira entre o final do século XIX e durante o Século XXI, manteve suas portas abertas e recebeu-os principalmente após a Lei Áurea ser sancionada em 1888. E então as famílias migrantes tiveram filhos, e seus filhos, outros filhos, nascendo assim uma comunidade de descendentes, e a instalação de determinadas etnias por bairros o que foi muito comum no município de São Paulo. Como por exemplo o bairro da Liberdade que foi habitado por muitos imigrantes japoneses e o bairro Bexiga e da Mooca ocupado por imigrantes italianos além de seus descendentes, caracterizados principalmente pela gastronomia. Contudo, atualmente não há uma regularidade nos novos movimentos migratórios, ficando os bairros conhecidos mais pela gastronomia e cultura respectiva.

Ainda hoje, o estado e principalmente o município de São Paulo são historicamente regiões com alta participação de imigrantes. Líder em economia, o município de São Paulo é considerado como um polo de empregos, atraindo imigrantes internos e também internacionais, tornando um local rico em diversidade cultural, e faz-se essencial poder proporcionar uma condição de vida boa aos imigrantes. Nesse sentido, é importante ressaltar, o grande avanço que o município de São Paulo conquistou ao aprovar a Lei 16.478/16, que garante o direito dos imigrantes e refugiados à educação, aos serviços sociais, e aos serviços públicos de saúde, essa aprovação contribui para um ambiente com melhores condições de vida para os migrantes (SÃO PAULO, 2016a).

Por outro lado, por mais que avancem as políticas e o ambiente para os imigrantes, no Estado de São Paulo, verificou-se que a condição das mulheres imigrantes ainda não é tão satisfatória, muitas vezes elas ocupam postos de trabalho informal, como é o caso das fábricas de costura, em que muitas vezes seus contratos envolvem moradia no ambiente de trabalho. Essa é uma prática comum dos donos, a fim de produzirem de maneira desumana seguindo a lógica de acumulação capitalista.

As mulheres possuem presença em inúmeras funções, é verificado uma frequência principalmente no que tange a economia doméstica, educação dos filhos, manutenção das tradições, apesar de nem sempre exercerem uma profissão com esse título, pois, seu trabalho sempre ficou a margem do trabalho principal exercido pelo homem, ainda demonstraram sua presença ativamente nos trabalhos no campo e nas cidades, nas fazendas de café, nas fábricas, comércios e outras funções nos domicílios e nas ruas.

Dessa forma, tratar sobre as migrações na ótica das mulheres no estado de São Paulo, é extremamente importante. Entender quais foram as suas trajetórias torna-se desafiador justamente pelo fato de haver uma brecha de tempo nos estudos em que as informações foram se perdendo, assim, é importante realizar as pesquisas com o papel de preencher essas lacunas na história dessas imigrantes mulheres. Respondendo assim, inúmeras outras questões que aqui não foram tratadas, como, o porquê da mulher escolher determinada região, se o caminho das nacionalidades foi o mesmo ou se diferenciou.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R. de; MACIEL, L. M. SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2010. Ideias, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 283–291, 2011. DOI: 10.20396/ideias.v2i1.8649342. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649342>. Acesso em: 01 mar. 2022

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. Espaço temático: Fronteira, Migrações, Direitos Sociais e Serviço Social. Revista Katálysis [online]. 2018, v. 21, n. 02. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313> Acesso em: 29 jan. 2022

Carta Processo/maço 61759/0023, Arquivo Distrital do Porto/PT

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Clevelario Júnior, J. (1997). A participação da imigração na formação da população brasileira. Revista Brasileira De Estudos De População, 14(1/2), 51–71. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/421>. Acesso em: 02 fev. 2022

CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, Museu da Imigração. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/historia>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DE ANDRADE, Margarida Maria. BRÁS, MOÓCA E BELENZINHO-" BAIROS ITALIANOS" NA SÃO PAULO ALÉM-TAMANDUATEÍ. Revista do Departamento de Geografia, v. 8, p. 97-102, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0008.0010>. Acesso em 28 fev. 2022.

DE MATOS, Maria Izilda Santos; DE MENEZES, Lená Medeiros. Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo–XIX e XX). e-Manuscrito, 2017. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf>. Acesso em: 30 de mar. 2022.

DE OLIVEIRA SIMÕES, Bárbara Bruna; MALLMANN, Rafaela Weber. EM MOVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER MIGRANTE. Saúde, gênero e inclusão social dos migrantes: propostas de diálogos ao encontro dos direitos humanos. [recurso eletrônico] / Organizadora Janaína Machado Sturza. – Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2021. p. 55.

DE SOUZA, Claudia Moraes. Casa das mulheres: refugiadas, estrangeiras egressas do sistema penitenciário e políticas de acolhida em São Paulo/Brasil. O Social em Questão, v. 20, n. 38, p. 191-205, 2017. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5522/552256732021/552256732021.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021

FERREIRA, Érica Karoline. Perfil das mães imigrantes internacionais residentes no município de São Paulo. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.6.2019.tde-30082019-090533>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FREITAS, Nelly de. Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-1899. *História (São Paulo)*, v. 33, p. 288-306, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920140002000014>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro-1880-1930. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 3, n. 1, p. 7-64, 1973.

GUIDINI, L. Coronel Schmidt, O Rei do Café. 2014. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/coronel-schmidt/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Hess, B., & Ferree, M. (Orgs.) (1987). *Analyzing gender: A handbook of social science research*. Newbury Park: Sage.

Holloway, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. 1984 Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOSMINSKY, Ethel V. Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. *cadernos pagu*, p. 279-328, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200010>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Levy, M. S. F. (1991). A imigração internacional e a fecundidade. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 8(1/2), 3–19. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/520>. Acesso em: 02 fev. 2022

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300017>. Acesso em 09 fev. 2022.

LOCATELLI, P. (2018) “Condenado por tráfico de pessoas, empresário chamou de ‘oportunista’ filipina vítima de trabalho escravo, Repórter Brasil. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/05/condenado-por-trafico-de-pessoas-empresario-chamou-deoportunista-filipina-vitima-de-trabalho-escravo/>. Acesso em 02 de fev de 2022.

LUCENA, Célia Toledo. FLUXOS IMIGRATÓRIOS DE LATINO-AMERICANOS: CIDADANIA TRANSNACIONAL. *Revista Ambivalências*, v. 1, n. 2, p. 05-28, jul-dez 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v1n2p05-28>. Acesso em: 20 fev. 2022

MARINUCCI, Roberto. Feminização das Migrações. Disponível em: http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf, Acesso em: 05 dez 2021. [Cf. versão em inglês do artigo publicada na REMHU, v.15, n.29, 2007]. Acesso em 13 jan. 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 1–25, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0045>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MCAULIFFE, Marie; BLOWER, Jenna. Migração, mobilidade e tecnologia digital no mundo pós-COVID-19: reflexões iniciais sobre as transformações em curso. In: *Manual de Pesquisa em Migração Internacional e Tecnologia Digital*. Editora Edward Elgar, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781839100611>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MIGRAMUNDO EQUIPE. Marcha dos Imigrantes e Refugiados 2019 acontece em 1º de dezembro na Paulista | MigraMundo. 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/marcha-dos-imigrantes-2019-acontece-em-1o-de-dezembro-na-paulista/>. Acesso em: 13 mar. 2022.
Museu da Imigração do Estado de São Paulo. 2022. *Livro*: 173 p, 35. Disponível em: <http://www.inci.org.br/acervodigital/livros.php>. Acesso em: 13 jan. 2022.

NEVES, Ana Sofia Antunes das et al. Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de gênero. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 33, p. 723-733, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400015>, Acesso em: 15 jan. 2022.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). ILO global estimates on migrant workers: results and methodology - special focus on migrant domestic workers (publicado em 18 2015). Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_436343.pdf. Acesso em 30 jan. 2022.

PAES, Vanessa Generoso. Sujeitas de direito: mobilização de mulheres imigrantes na cidade de São Paulo entre os séculos XX e XXI. *História Oral*, v. 25, n. 1, p. 135-154, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1245>. Acesso em: 25 fev, 2022

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.20, n.57, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200002>. Acesso em: 02 fev. 2022

RAVENSTEIN, Ernest Georg. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society of London*, Londres, v.48, n. 2, jun. 1885, p. 167-235. Disponível em: https://cla.umn.edu/sites/cla.umn.edu/files/the_laws_of_migration.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBEIRO, Clara Lemme. A FEMINIZAÇÃO COMO TENDÊNCIA DA MIGRAÇÃO BOLIVIANA PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. *MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, REFÚGIO E POLÍTICAS*, v. 7, p. 1-6, 2016. Disponível em: http://abep.org.br/xxencontro/files/_paper/1019-164.pdf.

RIBEIRO, Ester Martins; BAENINGER, Rosana. Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados. Um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. *Cidades. Comunidades e Territórios*, n. 40, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cidades/2272>. Acesso em: 04 fev. 2022.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o Convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, v. 22, n. 1 (39), 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/7390>. Acesso em: 29 mar. 2022

ROCHA, Ilana Peliciari. Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890-1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-24102007-145107. Acesso em: 25 jan. 2022

ROSABONI, Karen Carvalho. Gênero e políticas públicas: mulheres migrantes na cidade de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37974>. Acesso em: 25 jan. 2022

SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 128-128, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p128>. Acesso em 12 dez. 2022.

SHIRATA, Jéssica Yamanari. Mulheres migrantes e muçulmanas em Dourados: um recorte sobre a religião como fator de integração e reafirmação de identidades. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2720>. Acesso em 30 jan. 2022.

SILVA, Henry Marcelo Martins. Café, imigração e urbanização no interior paulista. *Fato & Versões - Revista de História. Uberlândia*, v.5 n.9. p.1-15, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/fatver/article/view/1324>. Acesso em: 20 fev. 2022

SILVA, Alessandro Soares da; SOUZA, Lorraine Lopes. Trabalho, lazer e relações de gênero na ótica de mulheres imigrantes. *Revista Electrónica de Psicología Política*, San Luis, v. 13, n. 35, p. 72-109, 2015. Disponível em: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/2015-Diciembre-05.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). Tradução por Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.p. 410.

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, [S. l.], v. 4, n. 2, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905. Acesso em: 20 mar. 2022.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. Studio Nobel, 1989.

UNFPA/IOM. *Female migrants: Bridging the gaps throughout the life cycle*. 2006. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/female-migrants-bridging-gaps-throughout-life-cycle>. Acesso em: 15 mar. 2022